

# Vales Sociais: Instrumentos inovadores para a inclusão social e o desenvolvimento local

---

Este documento explora a função dos vales sociais como um instrumento de inclusão social e desenvolvimento local. Apresenta uma tipologia dos vales e dos respetivos objetivos, que regem os quadros institucionais e regulamentares, a utilização pelos governos nacionais e locais e a economia social (secção 1). Analisa os desafios e as oportunidades para o desenvolvimento de vales à luz da crise da COVID-19 e sugere recomendações para tirar partido de forma mais eficaz dos vales sociais como um instrumento para "reconstruir melhor" (seção 2). Por último, ilustra e analisa casos específicos na Bélgica, Brasil, Chéquia, França, México, Marrocos e Roménia (seção 3).

---

**Códigos JEL:** D31 I38 D61 E21 E26

**Palavras-chave:** vales sociais, economia social, objetivo de despesas de consumo, desenvolvimento local, cultura

## Sobre a OCDE

A OCDE é uma organização intergovernamental multidisciplinar de 38 países membros que envolve no seu trabalho um número crescente de não membros de todas as regiões do mundo. A principal missão da Organização hoje é ajudar os governos a trabalharem juntos com vista a uma economia global mais forte, mais limpa e mais justa. Através da sua rede de 250 comités especializados e grupos de trabalho, a OCDE proporciona um ambiente em que os governos comparam experiências políticas, procuram respostas para problemas comuns, identificam boas práticas e coordenam políticas nacionais e internacionais. Mais informações disponíveis em: [www.oecd.org](http://www.oecd.org).

## Sobre os documentos da OCDE sobre o desenvolvimento económico e de emprego local (LEED)

Os documentos do Programa de Desenvolvimento Económico e do Emprego Local (LEED) da OCDE apresentam ideias inovadoras e exemplos práticos de como impulsionar o desenvolvimento local e a criação de emprego. São abordados vários temas, como o emprego e as competências, o empreendedorismo, a economia social e a inovação social, a cultura e o desenvolvimento de capacidades locais, entre outros. A série destaca, em particular, as políticas de apoio a locais e pessoas desfavorecidos, como os pouco qualificados, os desempregados, os migrantes, as pessoas jovens e os idosos.

Os documentos da OCDE não devem ser considerados representativos das opiniões oficiais da OCDE ou dos seus países membros. As opiniões expressas e os argumentos utilizados são os do(s) autor(es). Os documentos descrevem os resultados preliminares ou investigações em curso pelo(s) autor(es) e são publicados para estimular o debate sobre uma ampla gama de questões relativamente às quais a OCDE trabalha. Os comentários sobre os documentos são bem-vindos e podem ser enviados ao Centre for Entrepreneurship, SMEs, Regions and Cities, OECD, 2 rue André-Pascal, 75775 Paris Cedex 16, França.

Este documento está autorizado para publicação por Lamia Kamal-Chaoui, diretora, Centre for Entrepreneurship, SMEs, Regions and Cities, OCDE. O presente documento, bem como quaisquer dados estatísticos e mapa incluídos no mesmo, não afetam o estatuto ou a soberania sobre qualquer território, a delimitação de fronteiras e limites internacionais nem a designação de qualquer território, cidade ou região. Foi preparado com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente as opiniões da União Europeia.

### Cite esta publicação como:

OCDE (2021), "Social Vouchers: Innovative Tools for Social Inclusion and Local Development", Documentos da OCDE sobre o desenvolvimento económico e do emprego local (LEED), n.º 2021/08, Publicações da OCDE, Paris.

© OCDE 2023

O uso do conteúdo do presente trabalho, tanto em formato digital quanto impresso, é regido pelos termos e condições seguintes: <http://www.oecd.org/termsandconditions>.

# Agradecimentos

Este relatório foi elaborado pelo Centre for Entrepreneurship, SMEs, Regions and Cities da OCDE, liderado por Lamia Kamal-Chaoui, diretora, no âmbito do Programa de Trabalho de Desenvolvimento Económico e do Emprego Local (LEED).

O relatório foi elaborado por Amal Chevreau, analista de políticas e Lorena Figueiredo (consultora externa) sob a supervisão de Antonella Noya, chefe da Unidade de Economia Social e Inovação. Karen Maguire, chefe da Divisão Local de Emprego, Competências e Inovação Social da CFE e Nadim Ahmad, diretor-adjunto da CFE, apresentaram observações.

A OCDE agradece aos ministérios, especialistas e várias partes interessadas que responderam ao questionário da OCDE e facilitaram a recolha de dados e informações, bem como entrevistas nos sete países analisados no documento: Bélgica, Brasil, Chéquia, França, México, Marrocos e Roménia.

A OCDE agradece aos delegados do Comité de Direção do Programa de Desenvolvimento Económico e do Emprego Local da OCDE.

Os autores agradecem a Natalie Laechelt e James Hermanson, analistas de política, pela ajuda com a edição e infográficos, bem como a Pilar Philip por preparar o artigo para publicação.

# Índice

Agradecimentos	3
Sumário executivo	6
1 Porque são usados os vales sociais e como são usados	9
O que são vales sociais?	9
Vantagens sociais e económicas dos vales	15
Quais são os enquadramentos institucionais, regulamentares e fiscais dos vales sociais?	18
2 Perspetivas para ampliar a utilização e aumentar o impacto de vales sociais	22
Utilização de vales sociais e a pandemia de COVID-19	22
A digitalização pode acelerar a aceitação dos vales	24
3 Perfis dos vales sociais em países selecionados	25
Perfis dos países	25
Referências	43

## FIGURAS

Figura 1.1. Principais características dos vales relacionados com o trabalho	11
Figura 1.2. Principais características dos vales de serviços públicos	13
Figura 1.3. Exemplos de vales em países selecionados	14
Figura 2.1. Vales em tempos de crise em países selecionados da OCDE e fora da OCDE	23

## QUADROS

Quadro 1.1. Vales versus transferências de dinheiro incondicionais	15
Quadro 3.1. Vales de alimentação e refeição na Bélgica (2020)	25
Quadro 3.2. Vales ecológicos na Bélgica (2020)	27
Quadro 3.3. Vales de serviço pessoais e domésticos (PHS) na Bélgica (2018)	29
Quadro 3.4. Vales de desporto e cultura na Bélgica	30
Quadro 3.5. Vale de alimentação e refeição no Brasil (2015–2016–2021)	32
Quadro 3.6. Função das partes interessadas no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) – Brasil	34
Quadro 3.7. Vales de alimentação e refeição na Chéquia (2018)	35
Quadro 3.8. Vales de alimentação e refeição em França (2018)	36
Quadro 3.9. Vales de cultura relacionados com o trabalho em França (2018)	37
Quadro 3.10. Vales de serviços pessoais e domésticos em França (2018)	37
Quadro 3.11. Vales de alimentação e refeição no México (2018)	38

Quadro 3.12. Vales de uniforme no México	39
Quadro 3.13. Vales de alimentação e refeição em Marrocos (2018)	40
Quadro 3.14. Vale de oferta em Marrocos (2018)	40
Quadro 3.15. Vales de alimentação e refeição na Roménia (2018)	41
Quadro 3.16. Vales de oferta na Roménia (2018)	41
Quadro 3.17. Vales de férias na Roménia (2018)	42
Quadro 3.18. Vales de cultura na Roménia (2018)	42

## CAIXAS

Caixa 1.1. As origens dos vales sociais	10
Caixa 1.2. Titre-restaurant – França	12
Caixa 1.3. Serviços pessoais e domésticos - França	17
Caixa 1.4. Vales sociais para assistência a pessoas idosas em Bolonha – Itália	20
Caixa 1.5. Group Up – França	21
Caixa 1.6. Employers For Childcare – Reino Unido	21
Caixa 3.1. Vales de refeição e de alimentação – Bélgica	26
Caixa 3.2. Consumo ecológico através de vales – Bélgica	28
Caixa 3.3. Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) – Brasil	33

# Sumário executivo

**Os vales sociais adquiriram dinamismo em muitos países da OCDE e não pertencentes à OCDE como instrumentos para oferecer soluções inovadoras de forma a alcançar objetivos sociais, económicos e até ambientais.** São utilizados para melhorar a qualidade das condições de trabalho dos empregados (por exemplo, vales de alimentação e refeição no Brasil, na Bélgica, em França, no México e em Marrocos), garantir a prestação de serviços a grupos específicos (por exemplo, vales para serviços de acolhimento de crianças na Bélgica, em França e na Roménia) e estimular as economias locais, promovendo o consumo com um objetivo social, económico ou ambiental (por exemplo, vales ecológicos na Bélgica e vales de serviços pessoais e domésticos em França). Alguns vales destinam-se a apoiar empresas (por exemplo, vales de inovação para PME na Bélgica).

**Nos últimos 70 anos, os vales sociais foram desenvolvidos em mais de 40 países, incluindo 19 Estados-Membros da UE, para utilização por cerca de 80 milhões de pessoas em todo o mundo** (Social Vouchers International Association). Seja em papel ou em formato digital, os vales sociais são subsídios, na maioria das vezes, regulamentados por lei e apoiados por políticas públicas e enquadramentos fiscais específicos para dar acesso a bens ou serviços específicos em redes designadas de fornecedores e instituições. Os vales podem ser utilizados a nível nacional ou local como alternativa aos subsídios em numerário ou bens em espécie e são normalmente adaptados aos contextos locais.

**A lógica económica subjacente aos programas de vales reflete em grande medida a sua capacidade de orientar o consumo para bens ou serviços específicos, ou para mercados e produtores específicos (oferta), aumentando assim indiretamente o poder de compra dos utilizadores de vales (procura).** Estes também são usados para estimular mercados ou incentivar a transição da economia informal para a formal.

**Os intervenientes públicos e privados partilham o objetivo comum de utilizar vales para atingir objetivos económicos e sociais. A economia social também desempenha um papel ativo nos vales sociais.** É por isso que o funcionamento dos sistemas de vales depende de uma relação de cooperação entre empresas, organizações da economia social, governos e emitentes de vales.

**A maioria das avaliações de programas de vales sinaliza os seus impactos positivos e a sua capacidade para atingir uma série de objetivos sociais e ambientais.** No entanto, também se levantam questões sobre os seus custos de administração e sustentabilidade, especialmente no que se refere aos vales de serviços públicos, para os quais a maior parte do financiamento é fornecida por administrações nacionais ou locais.

**Existem três tipos principais de vales: i) vales relacionados com o trabalho, ii) vales de serviços públicos, e iii) vales de desenvolvimento local.** Os vales relacionados com o trabalho são concedidos por empregadores públicos ou privados para proporcionar benefícios aos trabalhadores. São também utilizados para apoiar a criação de emprego e a formalização do trabalho. Os vales de serviços públicos são concedidos pelas autoridades (nacionais, regionais ou locais) a grupos específicos de beneficiários (desempregados, pessoas com deficiência, etc.) para garantir ou facilitar o acesso a bens e/ou serviços, frequentemente fornecidos por intervenientes não públicos. Os vales de desenvolvimento local centram-se principalmente em

objetivos económicos como o consumo local, a mudança de comportamento em apoio à transição ecológica, o aumento da produtividade das PME, a inovação social e outros objetivos de desenvolvimento de base local. Os três tipos de vales podem contribuir para vários objetivos políticos, além do seu objetivo principal.

**Desde o surto de COVID-19, os governos nacionais e locais têm recorrido cada vez mais aos vales sociais para canalizar o apoio essencial para os grupos desfavorecidos (por exemplo, os sem-abrigo e as pessoas idosas, entre outros) e para as empresas/setores particularmente afetados pela crise.** A crise destacou a possibilidade de utilizar os vales como instrumentos inovadores para estimular a retoma através do consumo imediato (por exemplo, vales de consumo na Bélgica) ou para visar as pessoas e os setores que mais deles necessitam (por exemplo, vales para trabalhadores informais no Brasil, vales de cultura em França).

**Uma maior sensibilização para o potencial dos vales sociais proporcionou a dinâmica para que todas as partes interessadas os utilizassem de forma mais eficaz, em especial em resposta aos desafios socioeconómicos e às megatendências, ao:**

- **Tirar partido da capacidade dos vales para concretizar objetivos de política pública mais abrangentes, como a inclusão social, a transição ecológica e a formalização do trabalho**

Os programas de vales podem ser um instrumento para reforçar objetivos de política pública mais abrangentes, para além do programa individual. Por exemplo, os vales de serviços sociais podem promover a formalização dos cuidadores, como aconteceu na Bélgica e em França. No Brasil, os vales de alimentação têm historicamente estimulado a criação de restaurantes e cantinas em centros urbanos, mudando os hábitos dos trabalhadores que costumavam almoçar em casa, contribuindo para o desenvolvimento de bairros urbanos animados. Os vales podem ajudar a promover «ruas principais» atrativas. Os vales de férias são outro exemplo que tanto satisfazem objetivos de política social como económica (por exemplo, limitar os efeitos negativos da «economia paralela» do turismo na Roménia).

- **Aproveitar o potencial da digitalização para melhorar a adoção dos vales, reduzir os custos administrativos e facilitar a digitalização das PME**

A digitalização é fundamental para o desenvolvimento de vales sociais e pode trazer muitos benefícios. Pode aumentar a eficiência, reduzindo os custos e os encargos administrativos para todas as partes, produzindo assim impactos positivos. Além disso, a digitalização tem um forte potencial para reduzir erros e fraudes, uma vez que facilita a verificação da identidade do utilizador e das datas de validade. Os governos podem aproveitar a dinâmica para promover mais inovação e a digitalização de programas de vales, o que também pode promover a digitalização das pequenas empresas.

**Poderão existir novas dinâmicas ao:**

- **Clarificar os quadros institucionais e fiscais utilizados para implementar vales sociais e a forma como estes são aproveitados para alcançar objetivos políticos, incluindo a satisfação dos empregados, especialmente em tempos de crise**

A crise da COVID-19 registou uma aceleração na utilização dos vales sociais, em reconhecimento da sua capacidade para enfrentar eficazmente desafios específicos exacerbados ou criados pela crise. Em alguns países, foram criados novos vales de turismo (por exemplo, na Grécia), com o objetivo de estimular a economia local. Noutros, foi introduzida uma maior flexibilidade para rentabilizar os seus benefícios, por exemplo, aceitando a sua utilização nos fins de semana (por exemplo, em França) ou alargando a utilização a novos grupos de trabalhadores, incluindo os desempregados (por exemplo, na Roménia). No entanto, uma vez que a lógica política subjacente aos vales difere conforme o financiamento e a finalidade, os regimes de vales e os grupos-alvo devem ser claramente identificados. Por exemplo, os vales sociais podem ter um efeito positivo na satisfação dos trabalhadores. No Brasil, os trabalhadores que beneficiam do Programa de Alimentação do

Trabalhadores consideram-se mais satisfeitos com as suas condições de trabalho, os benefícios do trabalho e a qualidade da rotina de trabalho. No México, os vales de alimentação fazem parte dos processos de negociação coletiva. São frequentemente utilizados como instrumento para negociar melhores condições de trabalho, contribuindo, assim, para relações positivas entre empregados e empregadores, ou como moeda de troca entre empregadores e empregados. Uma análise dos défices no mercado, bem como a definição dos objetivos estratégicos para a utilização de vales, são fundamentais para clarificar que vales poderiam ser utilizados e como poderiam funcionar.

- **Fomentar a avaliação do impacto dos vales sociais**

O uso de vales aumentou e diversificou-se. Inicialmente, os vales eram limitados a produtos alimentares e refeições, mas atualmente são utilizados em muitos setores: serviços de cuidados, produtos ecológicos, turismo, etc. É reconhecida a sua capacidade de direcionar despesas e beneficiários, proporcionando simultaneamente liberdade de escolha. Os vales sociais têm potencial para alcançar certos objetivos políticos de forma mais eficaz do que o seu equivalente em dinheiro, como a saúde dos trabalhadores, o desenvolvimento local e a inclusão social. No entanto, as autoridades públicas devem envidar esforços para analisar e avaliar os seus diferentes impactos. Devem ser realizadas avaliações de impacto independentes e regulares para garantir que as condições de atribuição dos vales, os efeitos pretendidos e os regimes de financiamento são utilizados de forma adequada e cumprem os objetivos exigidos. Podem ser utilizadas abordagens complementares para realizar estas avaliações, tais como a conceção de ensaios de controlo aleatórios para testar os impactos ou o desenvolvimento de inquéritos sobre a satisfação dos utilizadores.

- **Sensibilizar para a forma como os vales sociais contribuem para o desenvolvimento económico, o bem-estar e o impacto social a nível local**

Os programas de vales são usados para atingir diferentes objetivos: desde uma melhor nutrição e uma maior produtividade dos trabalhadores ao desenvolvimento local através da criação ou preservação de empregos em diversos setores (por exemplo, cultura, turismo, lojas de rua principais). Têm diferentes vantagens sociais e económicas para os trabalhadores, o público em geral e as empresas. Orientam o comportamento dos consumidores ou das empresas, estimulando a aquisição de produtos e serviços sustentáveis. Aumentam o poder de compra e o bem-estar dos empregados, como é o caso dos vales de alimentação. Melhoram a inclusão social, proporcionando acesso aos bens e serviços necessários. Podem igualmente reduzir os níveis de trabalho não declarado e apoiar a cobrança de impostos. É importante sensibilizar para a forma como o seu potencial poderá ser mais bem aproveitado em função do objetivo, bem como para os diferentes custos potenciais (por exemplo, remissão fiscal, despesa pública, gestão dos vales) e benefícios (por exemplo, redução da utilização futura de serviços públicos, maior cobrança do imposto sobre o valor acrescentado e impostos relacionados com a formalização do trabalho).



# 1 Porque são usados os vales sociais e como são usados

**Promover o desenvolvimento económico local e a inclusão social são prioridades para os governos e as empresas, incluindo as empresas sociais e as organizações da economia social.** Os vales sociais são instrumentos comprovados e eficazes para responder a estes dois objetivos. Esta secção analisa as vantagens sociais e económicas dos vales. Explica o que são os vales sociais, bem como o seu âmbito de aplicação. Apresenta uma tipologia de vales, os seus objetivos e os enquadramentos institucionais, regulamentares e fiscais que geralmente se lhes aplicam. Destaca ainda a forma como às administrações locais utilizam os vales sociais para atingir os objetivos de inclusão social e de desenvolvimento local e as diferentes interações entre a economia social e os vales sociais.

## O que são vales sociais?

**Em geral, os vales sociais permitem o acesso a determinados bens e serviços por parte das populações-alvo para fins sociais específicos.**

### *Definição de vales*

**As origens dos vales remontam ao período pós-Segunda Guerra Mundial, com a lógica de responder mais eficazmente às necessidades sociais (por exemplo, almoços de trabalhadores) ou de introduzir a escolha (logo, a concorrência) nos serviços públicos (caixa 1.1).** O primeiro vale social a ser emitido foi o vale de refeição na década de 1950. Tem raízes no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, quando a provisão de pelo menos uma refeição quente por dia para reforçar a força de trabalho (e, por extensão, a produtividade) era uma grande preocupação do governo. Desde então, vários tipos de vales (apoio empresarial, cultura, emprego, inovação, formação médica, serviços sociais, etc.) foram concebidos e distribuídos como uma alternativa aos subsídios em dinheiro ou bens em espécie. São adaptados aos contextos locais para melhor corresponder aos objetivos públicos. Por exemplo, a maior parte das regiões francesas utiliza vales para promover a cultura entre os jovens ou as famílias com baixos rendimentos e, de um modo mais geral, aplica pelo menos uma medida de apoio aos cidadãos ou às empresas através de vales. Atualmente, muitos sistemas de vales são o resultado de reformas globais do Estado-providência que ocorreram a partir dos anos 70 e ao longo dos anos 90 e 2000, levando ao estabelecimento de subsídios sociais com instrumentos que poderiam adaptar-se às especificidades locais (Gosta Esping-Andersen, 2008<sup>[11]</sup>).

### Caixa 1.1. As origens dos vales sociais

Em 1946, o regime de vale de almoço foi introduzido no Reino Unido. O regime permitia aos empregadores oferecer vales para almoços em vez de criar cantinas. Os empregados usavam os vales para adquirir refeições em restaurantes locais. Os vales de almoço estavam isentos de imposto sobre rendimento e contribuições para o seguro social. O êxito deste regime inspirou outros países, como a Bélgica e a França.

O economista norte-americano Milton Friedman sugeriu a ideia de implementar vales em serviços públicos, como a educação. A fundamentação teórica para os programas de vales que promoveu era a injeção de mecanismos de mercado para melhorar a eficiência no fornecimento de bens ou na prestação de serviços específicos. Os fornecedores e prestadores (públicos ou privados) recebem um incentivo financeiro para fornecer bens ou prestar serviços e os consumidores dispõem de uma escolha que conduziria à concorrência para melhorar o serviço, torná-lo mais barato e produzir melhores resultados.

Nota: O Reino Unido aboliu os vales de almoço em 2013.

Fonte: (Lacheret, 2020<sup>[2]</sup>)

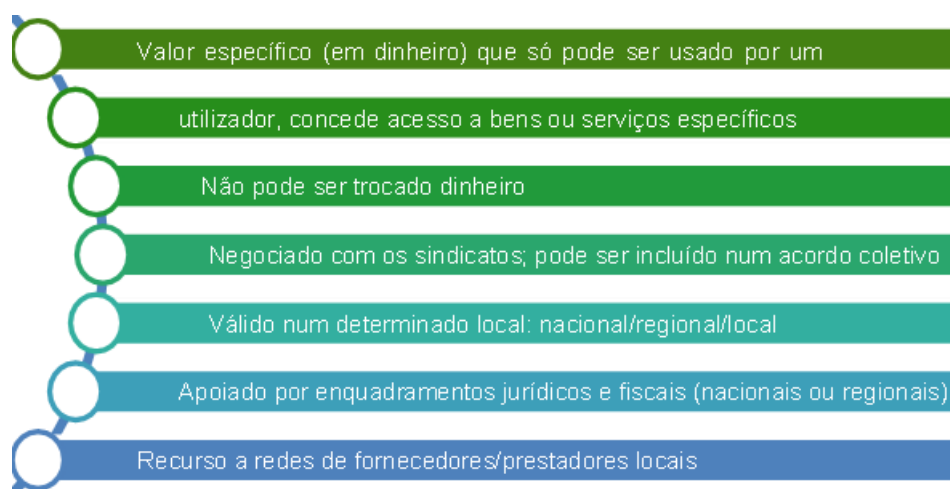
### Tipos comuns de vales sociais

Existem três tipos comuns de vales:

- vales relacionados com o trabalho,
- vales de serviços públicos,
- vales de desenvolvimento local.

**Os vales relacionados com o trabalho, comumente conhecidos como vales sociais, são dados por empregadores públicos e privados aos empregados.** Financiados pelos empregadores no âmbito do diálogo social, o seu principal objetivo é garantir a satisfação de uma necessidade essencial, concedendo acesso a bens ou serviços específicos, que, por sua vez, através de economias de escala e do aumento da concorrência, podem também aumentar o poder de compra dos empregados, fomentando simultaneamente a força da economia (tipicamente local), ao incentivar o consumo em vez da poupança (Bailey, 2004<sup>[3]</sup>). Habitualmente, é negociada e acordada uma lista de bens ou serviços entre sindicatos e organizações de empregadores. A lista pode ser incluída num acordo coletivo. É organizada uma rede dedicada de fornecedores/prestadores locais com o apoio de empresas emissoras. Os emissores de vales usam o financiamento fornecido pelos empregadores para financiar os custos do sistema de vales e gerir o reembolso dos fornecedores de bens e prestadores de serviços locais.

**Figura 1.1. Principais características dos vales relacionados com o trabalho**



Fonte: Elaboração dos autores.

**Os vales de alimentação e refeição são os mais comuns desta categoria em todos os países.** Originalmente criados no Reino Unido (caixa 1.1), foram introduzidos por empresas, na sua maioria PME, como alternativa às cantinas, a fim de garantir o acesso dos empregados a uma refeição ao meio-dia. Utilizados na maioria dos países da OCDE e não só na Europa, Ásia, Norte de África e América do Sul, o seu principal objetivo é garantir a igualdade de acesso aos alimentos, independentemente do local de trabalho. Um exemplo de um vale de alimentação e refeição bem estabelecido é o *titre-restaurant* em França (caixa 1.2). Foram desenvolvidos outros tipos de vales relacionados com o trabalho. No México, por exemplo, os trabalhadores recebem vales de uniformes se o seu empregador lhes exigir que usem um. Algumas empresas do Brasil, França e México, centradas no bem-estar dos empregados, oferecem vales que dão acesso a bens, serviços e instalações culturais (museus, cinemas, teatros, etc.), bem como a eventos desportivos e/ou viagens dentro do país.

## Caixa 1.2. Titre-restaurant – França

### O que é um titre-restaurant?

Um *titre-restaurant*, disponível em papel ou em formato digital, é um vale de refeição fornecido pelo empregador a uma taxa subsidiada para permitir que os empregados comprem refeições em restaurantes ou comerciantes de produtos alimentares locais. Em 1960, uma lei francesa para a restauração nas empresas exigia que os empregadores proporcionassem aos empregados condições satisfatórias de refeições através de cantinas e cafeterias, o que representava um desafio para as pequenas empresas com menos de 25 empregados, que muitas vezes não tinham recursos nem infraestrutura para criar uma cantina. Este facto levou à introdução do *titre-restaurant*. De acordo com a portaria n.º 67-830 de 1967, os vales de refeição são um benefício social concedido aos empregados, com benefícios sociais e fiscais tanto para empregados quanto para empregadores. As empresas com mais de 25 trabalhadores são obrigadas a fornecer aos seus trabalhadores uma cafeteria/cantina. Se não tiverem capacidade, devem proporcionar o benefício social através de vales de refeição.

### Quais são as principais características do titre-restaurant?

A cada vale é atribuído um valor de 7,50 euros (EUR), com um limite diário de 19 EUR por trabalhador. Os empregadores frequentemente subsidiam 50% a 60% do *titre-restaurant*. Os empregados trocam esses vales em restaurantes/comerciantes de produtos alimentares locais. Os comerciantes recebem um reembolso das empresas emitentes. As principais empresas emissoras são a Edenred, a Group Up e a Sodexo.

### Qual é o impacto do titre-restaurant?

Em 2014, foram distribuídos 763 milhões de vales a 3,8 milhões de empregados, valorizados em 5,8 mil milhões de EUR. Nos últimos 50 anos, os vales de alimentação e refeição foram utilizados por 140 000 empresas, 78% das quais são pequenas empresas (menos de 25 trabalhadores). Cento e oitenta mil restaurantes e outros fornecedores de produtos alimentares aceitam vales como forma de pagamento válida. Para 80% dos funcionários, o *titre-restaurant* é o benefício social preferido, seguido pelo seguro de saúde (*mutuelle*) e pela viatura da empresa (*voiture de fonction*).

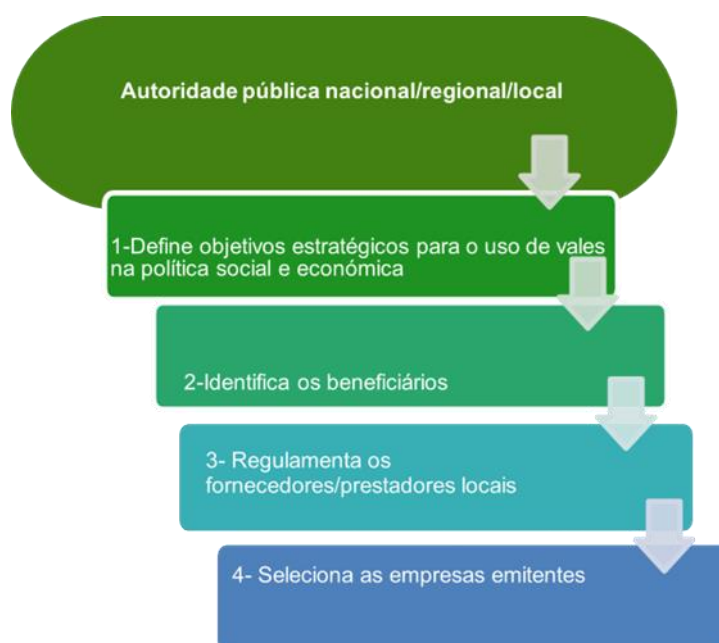
- De acordo com um estudo realizado em 2015 pela Alternatives Economiques, sem vales de refeição, os empregados gastariam 13% a 16% do seu salário bruto no almoço.
- Por cada euro gasto pelo empregador através de um *titre-restaurant*, é injetado um benefício de 2,37 EUR na economia local.
- Em 2014, o *titre-restaurant* criou 74 000 novos empregos no setor da restauração, contribuindo com até 10% para o volume de negócios total e 13,9% para o emprego neste setor.
- Estima-se que os vales de refeição geram um excedente orçamental de 870 milhões de EUR para as finanças nacionais (2,31 mil milhões de EUR de receitas fiscais adicionais e 1,44 mil milhões de EUR de remissões fiscais devido à isenção fiscal).

Fonte: (CNTR, 2014<sup>[4]</sup>); (AEEC, 2015<sup>[5]</sup>); (Edenred, 2015<sup>[6]</sup>)

**Os vales de serviços públicos são concedidos pelas autoridades nacionais ou locais a grupos que, de outro modo, não teriam tido acesso, ou pelo menos não na mesma medida, a bens ou serviços específicos** (Bailey, 2004<sup>[3]</sup>). São apoiados por financiamento público, mas também podem ser fornecidos ou cofinanciados por organizações da economia social, como organizações de beneficência, fundações,

etc. Por exemplo, os vales de cultura contribuem para uma maior aceitação e procura de bens culturais entre os grupos desfavorecidos que podem, por sua vez, gerar benefícios mais abrangentes para a sociedade (por exemplo, através da melhoria da saúde mental, do bem-estar físico e do ambiente. Em França, por exemplo, o regime de reparação de bicicletas patrocinado pelo Governo oferece um vale de 50 EUR por família para incentivar a transição para meios de transporte mais ecológicos. Mais de um milhão de proprietários de bicicletas recorreram a este regime (Local.fr, 2020<sup>[7]</sup>). As autoridades públicas também utilizam vales para envolver os prestadores privados na facilitação ou complementação da prestação de serviços, a fim de a tornar mais acessível. Ao fazê-lo, pretendem atingir dois objetivos: i) adequar a procura aos casos em que a capacidade do setor público é insuficiente (por exemplo, *crèche tickets* na Roménia); ou ii) criar parcerias público-privadas para a prestação eficiente de serviços públicos (por exemplo, vales de serviços na Bélgica, vales de cultura em França). Um dos argumentos a favor da sua utilização em relação a subsídios ou transferências em numerário é o facto de não conduzirem a monopólios de serviços públicos e poderem reduzir a corrupção e a fuga de fundos (Scarlatto, 2010<sup>[8]</sup>).

**Figura 1.2. Principais características dos vales de serviços públicos**



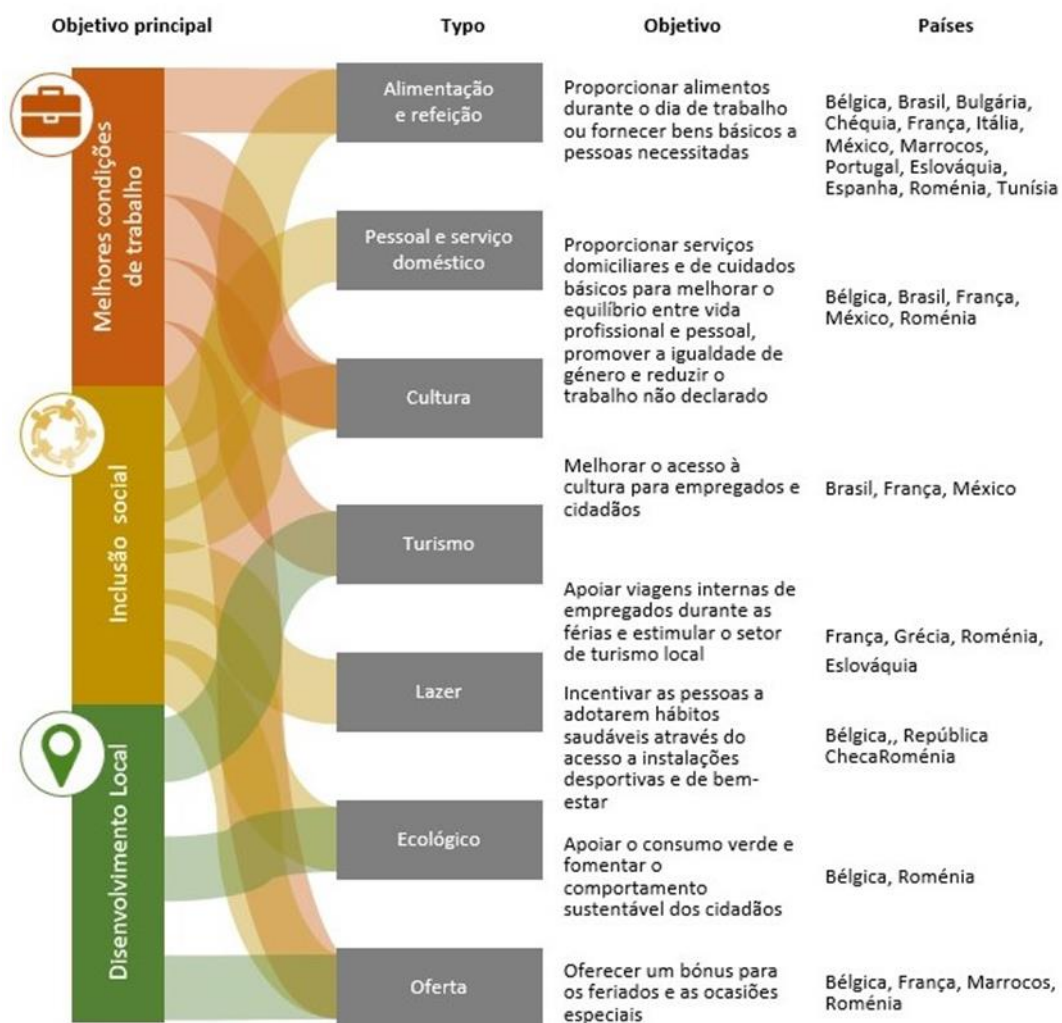
Fonte: Elaboração dos autores.

**Os vales de desenvolvimento local destinam-se a empresas, geralmente pequenas empresas, para ajudá-las a manter os empregos, aumentar a produtividade, aceitar serviços de desenvolvimento de negócios e formação ou inovar.** Os vales que apoiam as compras nas ruas principais para construir uma comunidade local vibrante, ou para apoiar uma indústria de turismo local, são exemplos desses vales de desenvolvimento local. Outros têm como alvo empresas específicas. Por exemplo, a região da Valónia, na Bélgica, oferece o *Chèque Entreprise* às PME e aos empresários para a formação, o aconselhamento empresarial e o apoio à orientação por parte de prestadores de serviços acreditados, colmatando assim défices de competências e apoiando a sua competitividade (OECD, 2021<sup>[9]</sup>). Os vales de formação profissional são cada vez mais utilizados para apoiar a melhoria de competências e/ou a integração profissional dos candidatos a emprego em muitos países. Concedidos sobretudo a jovens, trabalhadores por conta de outrem ou trabalhadores por conta própria, estes vales podem ser equiparados a uma forma de ajuda financeira à formação contínua. Os vales de inovação são utilizados em muitos países, como a Alemanha, a Hungria, a Irlanda, os Países Baixos e o Reino Unido, para ajudar as PME a introduzir inovações em pequena escala com o apoio de fornecedores de conhecimentos públicos, como

universidades e institutos públicos de investigação<sup>1</sup>. Para além de apoiar a produtividade das empresas, promovendo a transferência de conhecimentos conducente a uma inovação, o vale também serve de catalisador para alterar o comportamento das empresas e desenvolver relações mais aprofundadas e a mais longo prazo com fontes de conhecimento no sistema de inovação local (OECD, 2013<sup>[10]</sup>).

**Os três tipos genéricos de vales podem contribuir para vários objetivos políticos, para além do seu objetivo principal** (figura 1.3). Por exemplo, um vale de serviços pessoais e domésticos disponibilizado às pessoas idosas contribui para o desenvolvimento local, criando emprego e apoiando a formalização e melhores condições para os trabalhadores, apoiando simultaneamente a inclusão social das pessoas idosas. Os vales destinados a apoiar o consumo ou a utilização de produtos e serviços ecológicos criam postos de trabalho e aumentam uma concorrência sólida (desenvolvimento local), induzindo simultaneamente mudanças no consumo entre os empregados.

**Figura 1.3. Exemplos de vales em países selecionados**



Nota: Os três objetivos principais correspondem a «prioridades» que orientam a implementação de diferentes programas de vales. No entanto, os vales sociais podem fomentar, direta ou indiretamente, múltiplos objetivos, como o desenvolvimento local.

Fonte: Elaboração dos autores com base nas respostas de um questionário enviado a países selecionados (2019) e em investigação adicional.

<sup>1</sup> [HeInnovate: Encouraging entrepreneurship through higher education - EECOLE](#)

## Vantagens sociais e económicas dos vales

Os vales sociais são medidas transparentes e fáceis de utilizar pelos consumidores em toda a distribuição do rendimento; facilitam igualmente o direcionamento do apoio para grupos específicos da população (OECD, 2021<sup>[11]</sup>). Tendem a apoiar o estabelecimento de dinâmicas de «colaboração» entre várias partes interessadas, tais como empregadores, empregados, empresas locais, emitentes de vales, administrações nacionais e locais e beneficiários/utilizadores. A sua utilização pode gerar uma série de vantagens económicas e sociais. Por exemplo, os vales de serviços em países como a Bélgica ou a França revelaram ter efeitos positivos permanentes no emprego (Lens, 2021<sup>[12]</sup>).

### *Os vales podem promover o direcionamento, mas com alguma liberdade de escolha*

Os vales sociais permitem o direcionamento, mais do que o dinheiro, mas também proporcionam uma liberdade de escolha não negligenciável para os utilizadores no que respeita aos fornecedores de bens ou prestadores de serviços. Dado que os vales estão ligados a fins sociais específicos, tendem a restringir-se a uma categoria específica, como a alimentação, a cultura ou o transporte. No entanto, dentro destas categorias, o utilizador tem normalmente uma liberdade considerável para escolher onde gastar o vale, por exemplo, entre uma variedade de restaurantes para um vale de refeição. Este equilíbrio entre o direcionamento e a escolha do consumidor ajuda os mercados com vales a procurar eficiência (Urpelainen, 2018<sup>[13]</sup>). Além disso, ao incentivar os consumidores a tomarem as suas próprias decisões de atribuição, os sistemas de vales podem promover uma escolha fundamentada e responsável de bens e serviços (caixa 1.4). Isto é válido para bens cuja qualidade é facilmente identificável e que os consumidores compram habitualmente. Mas exige também uma concorrência suficiente no mercado.

### Quadro 1.1. Vales versus transferências de dinheiro incondicionais

Categoria	Potencial de criação de mercado para bens/serviços específicos	Direcionamento da vantagem	Escolha do consumidor	Utilização final	Finalidade social/económica
Vales	Grande	Fácil	Média	Consumo	Sim
Transferências de dinheiro incondicionais	Pequeno	Não é fácil	Alta	Pode ser usado para poupar	Sem garantia

Nota: As transferências de dinheiro incondicionais podem incentivar a poupança e/ou o consumo deslocalizado através da Internet, comprometendo assim potencialmente os objetivos dos incentivos/isenções fiscais e as vantagens económicas que supostamente produzem.

Fonte: OCDE, com base em (Urpelainen, 2018<sup>[13]</sup>).

### *Os vales podem aumentar o bem-estar dos utilizadores*

Os vales podem aumentar o bem-estar dos utilizadores e o direcionamento parece ser essencial para impulsionar resultados de bem-estar. Por exemplo, os vales de refeição demonstraram melhorar o ambiente de trabalho e melhorar o bem-estar no trabalho (Wanjek, 2005<sup>[14]</sup>). Os vales de serviços públicos direcionados, em especial, para as pessoas com baixos rendimentos e os agregados familiares podem também promover o acesso a serviços de melhor qualidade. Ao direcionar os benefícios através de vales para grupos com baixos rendimentos, os programas de vales parecem aumentar: i) a procura entre os mais necessitados, ii) a utilização dos bens e serviços necessários, e iii) melhorar a equidade (Mumssen, 2010<sup>[15]</sup>). Um efeito secundário do resultado de bem-estar é o aumento potencial do poder de

compra. Os vales aumentam o poder de compra através de um elemento coletivo (em alguns casos), em que os próprios vales geram economias de escala nos fornecedores de bens e prestadores de serviços que sabem que têm um mercado relativamente garantido, e incentivam a entrada de novos operadores no mercado, gerando concorrência e eficiências que aumentam o poder de compra.

### ***Os vales podem aumentar a inclusão social***

**Os vales são utilizados para apoiar a implementação de políticas de inclusão social.** Ao serem direcionados para grupos específicos, os vales garantem que esses grupos tenham acesso a bens e serviços, como cultura, acolhimento de crianças, educação, alimentação, habitação ou formação, aos quais não teriam acesso de outra forma. Por exemplo, na Roménia, os vales de creches são um vale de serviço público fornecido pelo Estado a famílias com rendimentos inferiores a 60 EUR por mês para as ajudar a matricular os seus filhos em estruturas de acolhimento. Tal é benéfico para o desenvolvimento das crianças e proporciona um maior rendimento familiar e igualdade de género, oferecendo às mulheres mais oportunidades de emprego.

### ***Os vales podem ajudar a reduzir o trabalho não declarado***

**Os vales podem ser utilizados como um incentivo para formalizar contratos de trabalho.** É o caso do vale de serviços pessoais e domésticos *Chèque emploi service universel–CESU* em França. Desde a sua criação, o governo registou uma redução do trabalho não declarado neste setor e a proteção dos trabalhadores e as condições de trabalho globais foram melhoradas (caixa 1.3). Na Croácia, os vales são utilizados para o emprego temporário e sazonal no setor agrícola para diminuir a percentagem de trabalho não declarado. Em Itália, os vales de emprego ajudam a regular o trabalho não declarado nas profissões sazonais, especialmente na agricultura. No setor do turismo, os vales incentivam os empregadores a formalizar o emprego através de contratos, a fim de beneficiarem das vantagens fiscais oferecidas pelos vales de férias. Incentivam também as empresas de turismo a declararem os seus rendimentos, incluindo-as na filiação da rede, declarando implicitamente o montante dos vales de férias utilizados e pagando impostos, como é feito na Roménia.



### Caixa 1.3. Serviços pessoais e domésticos - França

Em França, até 26 atividades são reconhecidas como serviços pessoais e domésticos:

- Os serviços familiares incluem o acolhimento de crianças em casa e em creches, a assistência ao transporte de crianças, o trabalho escolar, a assistência informática ou a assistência administrativa.
- Os serviços ao domicílio incluem atividades relacionadas com o trabalho doméstico, como a jardinagem, as pequenas reparações, a preparação de refeições (incluindo compras), o fornecimento de refeições, passar roupa a ferro, a manutenção doméstica, etc.
- Os serviços para as pessoas idosas e as pessoas com deficiência incluem a assistência a pessoas idosas (exceto cuidados médicos), a enfermagem, os cuidados e passeios de animais de estimação, a mobilidade e a assistência ao transporte.

O setor dos serviços pessoais e domésticos contribui com cerca de 20 mil milhões de EUR para a economia, representando mil milhões de horas de trabalho remuneradas. Os serviços de assistência domiciliária e de apoio às pessoas idosas representam cerca de 60% das horas pagas neste setor.

Fonte: (Pipame, 2017<sup>[16]</sup>)

### ***Os vales podem ajudar a cobrar impostos e impulsionar as economias locais***

**Ao direcionar o consumo adicional para a economia formal, os vales contribuem para a cobrança de impostos.** Mais consumo na economia formal significa mais receitas do imposto sobre o valor acrescentado ao longo da cadeia de produção e distribuição, bem como um aumento da matéria coletável do rendimento nas empresas. Os fornecedores/prestadores acreditados têm de declarar os vales para serem pagos pelas empresas emitentes. As empresas que desejam angariar novos clientes que os vales trazem precisam de ter um sistema em vigor para processá-los. No Brasil, pesquisas realizadas sobre os impactos do Programa de Alimentação do Trabalhador mostram que o aumento da receita de impostos impulsiona a atividade económica no setor formal da restauração e que tal compensa a perda de receita devido às isenções fiscais concedidas para os vales. Em quatro décadas, estima-se que 79 mil milhões de refeições foram servidas com este programa, gerando 2,4 biliões de reais brasileiros (BRL) (cerca de 366 mil milhões de EUR). O programa tornou-se uma referência para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Mazzon, 2016<sup>[17]</sup>).

### ***Os vales podem orientar o comportamento do consumidor***

**A disponibilização de vales pode estimular novos padrões de consumo ou a utilização de serviços com resultados socialmente desejáveis (por exemplo, comportamentos ecológicos, atividade física, sensibilização para a cultura).** Na Bélgica, o vale ecológico foi criado para orientar o comportamento dos consumidores para produtos mais ecológicos e estimular o consumo sustentável. Estudos recentes da Universidade de Hasselt (2019) mostram que os vales ecológicos não só tiveram um efeito positivo no comportamento de compra dos consumidores, como também os ajudaram a reduzir os seus custos energéticos e a aumentar a disponibilidade para comprar produtos ecológicos: por cada 10 EUR em vales ecológicos, esta disponibilidade aumenta 3% e por cada 150 EUR em vales ecológicos, aumenta 45% (caixa 3.2.).

## Quais são os enquadramentos institucionais, regulamentares e fiscais dos vales sociais?

### **Enquadramento regulamentar e fiscal**

**Os países que implementam programas de vales definem o seu âmbito e objetivos e clarificam as funções e obrigações das partes interessadas envolvidas através de enquadramentos regulamentares.** Em geral, os sistemas de regulamentação dos vales envolvem cinco elementos: i) a autorização dos emitentes, ii) o acompanhamento da sua atividade, iii) a auditoria da utilização de vales, iv) o controlo da rede, e v) a prevenção da fraude. Uma lei ou decreto geral estabelece as categorias de vales, as regras de funcionamento e as condições para as empresas emitentes, bem como as isenções fiscais. Por exemplo, a Bélgica aprovou os seus vales através de diferentes decretos reais. Na Roménia, a Lei n.º 165/2018 unificou a legislação dispersa em matéria de vales e estabeleceu um quadro geral, com um conjunto comum de regras. Há exceções. Por exemplo, Marrocos ainda não dispõe de um quadro legislativo claro para os vales, mas o sistema baseia-se numa *circulaire*<sup>2</sup>.

**A autorização de empresas emitentes está fortemente regulamentada e varia consoante os países.** Em França, qualquer empresa pode emitir vales, desde que crie uma conta de garantia específica para esse efeito. Na Roménia, os emitentes podem ser qualquer entidade jurídica estabelecida ao abrigo do direito romeno ou instituições de crédito estabelecidas na Roménia ou em qualquer Estado-Membro da UE.

**As isenções fiscais são um dos instrumentos mais importantes que apoiam a adoção de vales.** Na maior parte dos países, os vales sociais estão isentos de contribuições para a saúde e outras contribuições sociais e estão frequentemente isentos de imposto sobre o rendimento até um determinado limite. Isto porque, nos sistemas fiscais, os vales não contam como parte dos salários, mas sim como prestações sociais. A realização de um objetivo social específico e/ou a realização de objetivos económicos constituem a justificação para as isenções fiscais em torno dos vales. Por exemplo, o objetivo social subjacente aos vales de alimentação e refeição é melhorar a qualidade da nutrição e a saúde geral dos trabalhadores. Outras vantagens económicas incluem o impacto positivo na criação de emprego na economia formal e o alargamento das oportunidades de mercado para os setores locais de serviços alimentares. Estas isenções constituem um incentivo para o empregador e ajudam o desenvolvimento de sistemas de vales. Por exemplo, na Roménia, o aumento das isenções fiscais de 15 para 20 leus romenos (RON) (3,5 para 4,7 EUR), em 2020, levou a um aumento do valor nominal dos vales relacionados com o trabalho, como os vales de refeição. Em alguns países, a utilização de isenções fiscais pode ser limitada. No México, o limite para a isenção do imposto sobre o rendimento é bastante baixo. É fixado no salário mínimo e as contribuições sociais são apenas dedutíveis em 53% do seu valor. Na Suécia, os vales estão sujeitos às contribuições para a segurança social e ao imposto sobre o rendimento (Janský, 2016<sup>[18]</sup>).

**Todos os tipos de programas de vale exigem um número suficiente de fornecedores/prestadores locais para serem viáveis.** Os fornecedores/prestadores devem ter capacidade para aumentar e/ou manter a quantidade e a qualidade suficientes dos bens ou serviços definidos para responder à procura dos beneficiários/utilizadores. Devem igualmente cooperar no âmbito do regime e estabelecer parcerias com os emitentes e as autoridades.

**Os enquadramentos regulamentares podem facilitar a digitalização dos vales.** Por exemplo, na Roménia, a adoção de um quadro jurídico abrangente (Lei n.º 165/2018) permitiu às empresas transitar para vales digitais através de cartões eletrónicos. Na Bélgica, os vales de alimentação e refeição estão totalmente digitalizados, como exigido por lei, e a digitalização completa dos vales ecológicos é um objetivo.

---

<sup>2</sup> Uma *circulaire* é um ato administrativo promulgado por um governo ou uma agência/departamento fiscal.

## **Supervisão e acompanhamento**

**Dependendo dos setores visados pelos vales, as autoridades públicas que estabelecem as suas regras de funcionamento trabalham frequentemente em estreita coordenação com outros ministérios, como a saúde, o planeamento, o turismo, a educação, etc.** No Brasil, por exemplo, a Secretaria do Trabalho é responsável pelo Programa de Alimentação do Trabalhador. O programa é gerido pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho em cooperação com outros ministérios sobre diferentes aspetos: as questões fiscais são supervisionadas pelo Ministério das Finanças, enquanto o aspeto nutricional é da responsabilidade do Ministério da Saúde. A maior parte destes esforços de coordenação são tradicionalmente desenvolvidos no âmbito da Comissão Tripartida Mista Permanente. A Comissão é composta em igual número por representantes do governo, dos sindicatos e das associações de empregadores, e tem a capacidade de adotar regulamentos e de efetuar inquéritos formais. Na Bélgica, o Conselho Nacional do Trabalho, que é um órgão consultivo do Governo sobre as relações laborais e as questões sociais e reúne os parceiros sociais, desempenha funções específicas no sistema de vales. Por exemplo, é o Conselho Nacional do Trabalho que acompanha e monitoriza o avanço dos vales ecológicos. De dois em dois anos, o Conselho avalia e atualiza a lista de produtos e serviços acessíveis através de vales ecológicos.

**Em alguns países, como a França, é criado um organismo específico de supervisão e acompanhamento.** Uma comissão específica, a Commission Nationale des Titres-Restaurant, regula os vales de refeição. A comissão é formada por representantes de associações de empregadores, sindicatos de trabalhadores, sindicatos de prestadores de serviços de alimentação e emissores de vales. Tem competências para decidir sobre todas as questões relativas aos vales de refeição e é responsável pela concessão da acreditação aos comerciantes e fornecedores/prestadores locais. O Governo francês consulta a comissão sobre eventuais alterações ao enquadramento regulamentar dos vales sociais.

## **Administrações locais e vales sociais**

**Na maioria dos países, os vales são concebidos e regulamentados a nível nacional/federal.** É o caso, por exemplo, do Brasil, do México e de Marrocos. No entanto, em países como a Bélgica e a França, as administrações locais podem conceber e financiar regimes de vales específicos para implementar programas sociais específicos. Por exemplo, em França, a região Auvergne-Rhône-Alpes foi a primeira região em França a conceber e atribuir vales de cultura a estudantes do ensino secundário, em 1993. Os vales eram resgatáveis em livrarias, museus, cinemas e teatros. Até 2014, os vales de cultura estendem-se a todas as regiões de França (Lacheret, 2020<sup>[2]</sup>). Noutros países, como a Bélgica, a Itália e o Japão, os governos subnacionais também podem conceber os seus próprios vales e implementar programas sociais direcionados, principalmente, para serviços pessoais, domésticos e de cuidados, e garantir o acesso a bens de primeira necessidade a grupos vulneráveis e desfavorecidos. As administrações locais também usam vales enquanto clientes, quando contratam empresas emissoras para fornecer vales aos seus empregados.

**As cidades e os municípios promovem cada vez mais os vales.** Em França, desde a eclosão da crise da COVID-19, várias cidades distribuíram vales para apoiar as empresas locais. Por exemplo, a cidade de Mont-de-Marsan, na região de Nova Aquitânia, adotou um pacote de incentivos no valor de 1 milhão de EUR, que inclui 300 000 EUR sob a forma de vales destinados a residentes e a turistas para serem gastos em lojas de ruas principais locais. Os consumidores tinham de registar-se numa plataforma em linha e comprar um vale de 10, 20 ou 30 EUR, com um montante idêntico atribuído pela cidade. O município de Coulommiers, na região da Ilha de França, distribuiu vales aos pais a título de compensação pelos custos adicionais gerados pelo encerramento das cantinas.<sup>3</sup> A cidade de Bucareste, na Roménia, tem estado ativa neste domínio nos

<sup>3</sup> [https://www.lepoint.fr/economie/bons-d-achat-subsidies-quand-les-maires-se-mobilisent-pour-les-commerces-04-07-2020-2382969\\_28.php](https://www.lepoint.fr/economie/bons-d-achat-subsidies-quand-les-maires-se-mobilisent-pour-les-commerces-04-07-2020-2382969_28.php)

últimos anos, introduzindo uma grande variedade de vales: vales de bicicletas, vales ecológicos, vales de formação profissional para as pessoas jovens, etc.

### **Vales sociais e economia social**

#### **As organizações da economia social e as empresas sociais participam nos sistemas de vales sociais de duas formas: como empresas emitentes ou como fornecedores de bens e prestadores de serviços.**

Enquanto emitentes, as organizações da economia social e as empresas sociais ajudam geralmente as autoridades nacionais ou locais a identificar grupos socialmente vulneráveis e a conceber programas de vales adaptados às suas necessidades. Estas organizações são capazes de identificar formas inovadoras e empresariais de fornecer vales, com procedimentos simplificados. Por exemplo, os vales sociais para a prestação de cuidados a pessoas idosas em Itália demonstram a importância da participação dos utilizadores nas escolhas de tomada de decisão e de gestão dos prestadores de serviços e na forma como as empresas sociais podem ser reconhecidas pela qualidade dos seus serviços (Caixa 1.4).

#### **Caixa 1.4. Vales sociais para assistência a pessoas idosas em Bolonha – Itália**

Em 2002, a Fondazione del Monte di Bologna e Ravenna experimentou utilizar vales sociais para financiar a assistência social a pessoas idosas. Anteriormente, tal como a maioria das fundações, concediam subvenções a organizações de serviços que prestavam cuidados a pessoas idosas e às suas famílias em Bolonha. Os utilizadores tinham pouco ou nenhum papel na determinação do conteúdo ou da qualidade dos cuidados. As pessoas idosas e as suas famílias estavam insatisfeitas com os cuidados recebidos e não tinham direitos de controlo sobre as organizações nem qualquer palavra a dizer sobre os fundos pagos pelo serviço.

A mudança ocorreu quando a fundação decidiu atribuir o financiamento diretamente às pessoas idosas sob a forma de vales sociais. Em vez de financiar o lado da oferta, financiaram o lado da procura da assistência social. Trezentos e setenta e seis pessoas idosas e respetivas famílias estiveram envolvidas no programa. Cada vale cobria os custos de um determinado pacote de serviços, mais ou menos subsidiados de acordo com a capacidade de pagamento do utilizador. Os vales sociais poderiam ser resgatados em qualquer organização de serviço pré-autorizada, seja uma cooperativa, uma organização operada pelo Estado ou gerida por privados. Os utilizadores foram capazes de selecionar as organizações de serviços mais capazes de satisfazer as suas necessidades com base no custo e na qualidade.

Ao longo de três anos, a qualidade dos cuidados das pessoas idosas melhorou, enquanto os custos diminuíram. As organizações que floresceram foram as que se concentraram na qualidade do serviço, na inovação e na flexibilidade. As cooperativas sociais multilaterais que incluíam as pessoas idosas e as suas famílias entre os seus membros foram as mais elogiadas pelo seu trabalho.

Fonte: (Restakis, 2014<sup>[19]</sup>)

**As empresas sociais são também fornecedoras de bens e prestadoras de serviços cujo consumo os vales procuram estimular.** Por exemplo, na Bélgica, em França e no Reino Unido, os vales de serviços pessoais e domésticos são desenvolvidos pelas empresas sociais como prestadores e emitentes (Caixa 1.5). Ajudaram a desenvolver a prestação de serviços de proximidade, em colaboração com empresas sociais. Os sistemas de vales fornecidos pelas empresas sociais podem também ajudar a agregar diferentes iniciativas da economia social que podem funcionar a uma escala bastante reduzida. Além disso, podem servir várias finalidades. Por exemplo, os vales de cultura e lazer, ajudam a democratizar o acesso a instalações e eventos

culturais e podem também apoiar um número crescente de iniciativas culturais e artísticas no domínio da economia social.

### Caixa 1.5. Group Up – França

A Group Up é uma sociedade cooperativa e participativa (société coopérative et participative–SCOP), que emite vales sociais e concebe métodos de pagamento e soluções de gestão para facilitar o acesso à alimentação, à cultura, ao lazer, à educação, à ajuda domiciliar e à assistência social. Além disso, apoia as empresas na gestão das suas despesas profissionais. Desde 1964, o Group UP (antigo Grupo Chèque Déjeuner) tem uma estrutura cooperativa e, dada a diversidade das suas atividades, permite que as comunidades, as empresas e as pessoas beneficiem de múltiplos serviços. A cooperativa emprega mais de 3 700 trabalhadores, conhecidos como sociétaires. Estes elegem o conselho de administração e estão envolvidos na gestão geral e nas decisões do grupo.

Fonte: <https://groupe.up.coop/en/what-do-we-do/making-every-day-better> ; <https://www.avise.org/annuaire-des-acteurs/groupe-up>.

**Para um sistema de vales estar aberto aos setores público e privado e às organizações da economia social pode ser uma vantagem.** Esta abertura proporciona aos utilizadores a oportunidade de escolherem os seus fornecedores/prestadores, no contexto de medidas políticas que promovem a inclusão social (Caixa 1.6). No entanto, as organizações da economia social e as empresas sociais podem necessitar de taxas de subvenção mais elevadas (investimento por parte do governo) para competir no mercado, dados os esforços adicionais que podem fazer para a inclusão social e os conhecimentos especializados de que dispõem (cuidados a pessoas idosas ou pessoas com deficiência; integração laboral de grupos específicos) em relação a outros prestadores. Trata-se de uma questão de escolha política em que considerações de procura (utilizadores) e oferta (organizações/empresas) exigem medidas políticas mistas.

### Caixa 1.6. Employers For Childcare – Reino Unido

Employers For Childcare é a única empresa social no Reino Unido que fornece vales de acolhimento de crianças. Além de ser uma empresa social, Employers For Childcare também é uma instituição sem fins lucrativos registada. Os lucros gerados pelas empresas de empreendedorismo social (uma empresa de vales de acolhimento de crianças, um serviço de recrutamento para prestadores de cuidados a crianças e um centro de aventura familiar no interior) são investidos na instituição sem fins lucrativos. O objetivo da instituição sem fins lucrativos é oferecer serviços de acolhimento de crianças a pais com filhos dependentes para os ajudar a entrar e permanecer no mercado de trabalho. Os empregadores que oferecem vales através da Employers For Childcare, apoiam o trabalho de uma empresa social sem fins lucrativos, proporcionando benefícios sociais adicionais para além da prestação de cuidados às crianças.

Fonte: <https://www.socialenterprise.org.uk/member-news/childcare-vales-add-social-value-to-your-business-while-saving-money/>

## 2 Perspetivas para ampliar a utilização e aumentar o impacto de vales sociais

**A crise da COVID-19 afetou negativamente as despesas dos consumidores, a produção industrial, o investimento, o comércio e a inclusão social.** O desafio a mais longo prazo consiste em apoiar a criação de emprego e a recuperação das economias locais, em especial nas indústrias mais gravemente afetadas, como as viagens e o turismo, a alimentação e a hotelaria, a cultura e o lazer, e os transportes. Uma vez que as políticas também procuram reconstruir melhor, os vales sociais podem desempenhar um papel importante na orientação do comportamento dos consumidores e das empresas, bem como na ligação entre as agendas inclusiva e ecológica.

### Utilização de vales sociais e a pandemia de COVID-19

**Os programas de vales foram criados ou adaptados para abordar as necessidades urgentes de inclusão social e de desenvolvimento económico**

**O valor e o período de validade dos vales foram alargados em muitos países devido à pandemia.** Por exemplo, no Brasil, os trabalhadores continuaram a usar vales de alimentação e refeição, e as empresas emissoras não registaram uma redução significativa na respetiva provisão. Em França, os vales de alimentação para 2020 foram prorrogados até 2021. O limite máximo diário do valor dos vales foi aumentado de 19 EUR para 38 EUR, desde junho de 2020, e os beneficiários, na sua maioria trabalhadores, estão autorizados a utilizá-los nos fins de semana e feriados. Verificou-se igualmente um aumento do valor nominal dos vales na Áustria, Bulgária, França, Itália, Turquia, Roménia e Suécia, o que confirma a capacidade dos seus sistemas de apoio para se adaptarem rapidamente a diferentes situações. No México, foi estimada uma redução de 7% a 8% no vale de alimentação, já que os empregadores renegociaram contratos de trabalho para evitar despedimentos em massa, o que resultou na redução de horas de trabalho e de benefícios. Estima-se que a redução dos vales foi muito inferior às reduções salariais ou de horas trabalhadas, o que demonstra a sua importância relativa.

**As condições de concessão dos vales foram igualmente alargadas.** No Brasil e na Roménia, o uso de vales de alimentação foi estendido aos trabalhadores desempregados. Em abril de 2020, foram adotadas alterações ao Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD), a fim de incluir a possibilidade de entregar alimentos e assistência material de base através de vales às pessoas mais carenciadas, a fim de lhes permitir continuar a receber assistência num ambiente seguro. Em Itália, 116 municípios entregaram 400 milhões de EUR de vales em alimentação para as pessoas necessitadas.<sup>4</sup>

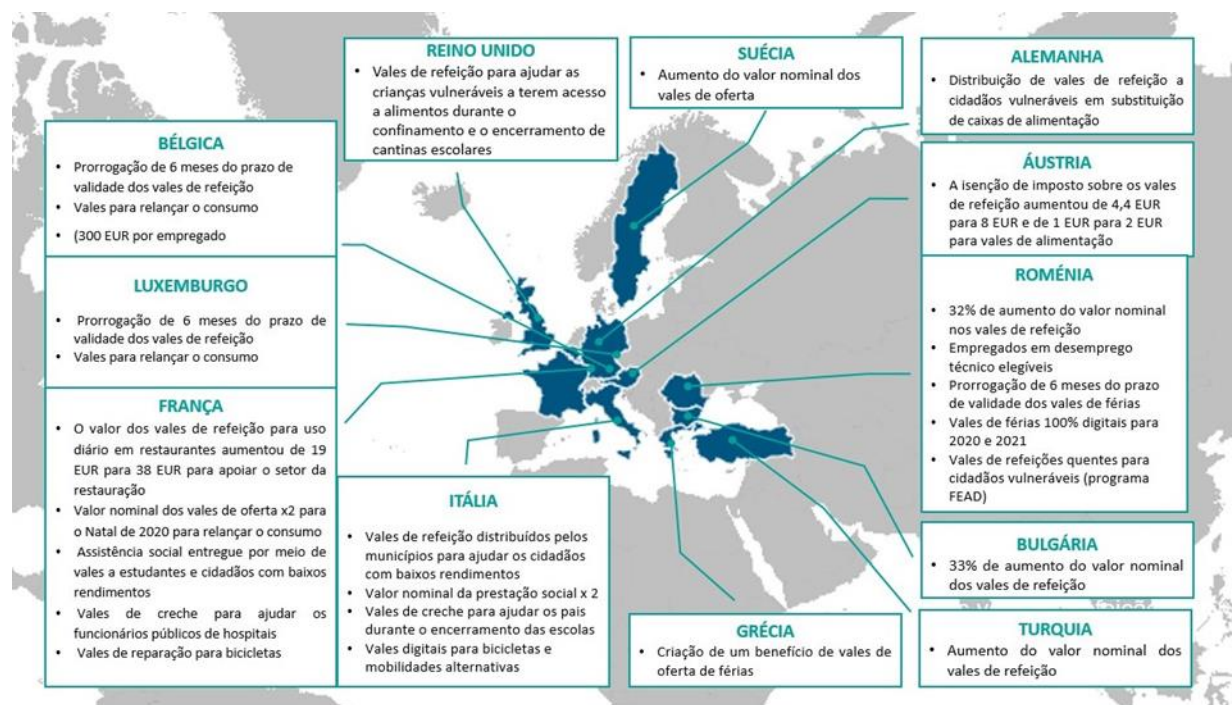
---

4

[https://www.clustercollaboration.eu/sites/default/files/WYSIWYG\\_uploads/social\\_vouchers\\_targeted\\_spending\\_eu\\_recov\\_ery\\_110520.pdf](https://www.clustercollaboration.eu/sites/default/files/WYSIWYG_uploads/social_vouchers_targeted_spending_eu_recov_ery_110520.pdf)

**Foram, ou serão criados, novos vales sociais como resultado da pandemia e seus impactos.** Na Bélgica, os empregadores podem conceder um vale de consumo de 300 EUR totalmente isento de impostos e dedutível para ser utilizado em setores como a hotelaria, a cultura, o comércio retalhista e o desporto.<sup>5</sup> Em julho de 2020, o Governo belga também introduziu vales de consumo para recompensar os trabalhadores de setores ou empresas que desempenharam um papel importante durante a crise, como os trabalhadores da área da saúde. A nível subnacional, a região da Valónia utilizou o sistema de distribuição de subvenções subjacente à plataforma Chèque entreprises para atribuir 500 milhões de EUR de subvenções adicionais de apoio às PME duramente afetadas pela crise da COVID-19 e pelos bloqueios subsequentes.<sup>6</sup> Na Grécia, juntamente com o programa Tourism for All, as viagens domésticas são também apoiadas por um programa de vales empresariais através do qual as empresas fornecem aos seus empregados vales de viagem de 300 EUR.<sup>7</sup> Na Roménia, o Ministério dos Investimentos e Projetos Europeus tenciona introduzir nos próximos dois anos, um programa de vales de serviços pessoais e domésticos para combater a informalidade e criar novos empregos, no âmbito do plano de resiliência e recuperação 2021-2027.<sup>8</sup>

**Figura 2.1. Vales em tempos de crise em países selecionados da OCDE e fora da OCDE**



Fonte: Elaboração dos autores

<sup>5</sup> <https://nandrin.blogs.sudinfo.be/archive/2020/09/01/des-milliers-de-cheques-conso-en-distribution-309666.html>

<sup>6</sup> Fonte: Sodexo Pass NV Bélgica

<sup>7</sup> <https://news.gtp.gr/2020/07/30/greece-announces-more-funds-boost-domestic-tourism/>

<sup>8</sup> <https://mfe.gov.ro/wp-content/uploads/2021/06/0c2887df42dd06420c54c1b4304c5edf.pdf>

## A digitalização pode acelerar a aceitação dos vales

**Embora os vales sejam amplamente utilizados, alguns programas de vales ainda são distribuídos em papel, o que pode criar encargos administrativos e custos operacionais, bem como risco de fraude.**

Nos países em que foram introduzidas soluções tecnológicas e de digitalização, como a Bélgica e a França, estas desempenharam um papel central na superação destes desafios (ver secção 3, Perfis dos vales sociais em países selecionados). Os sistemas de vales digitais podem aumentar a eficiência, melhorar o direcionamento e ajudar a monitorizar os padrões de compra. Oferecem mais segurança do que os vales em papel, que podem ser trocados ou entregues a pessoas que não os seus destinatários. Também podem ser bloqueados remotamente em caso de perda ou roubo.

**A digitalização e os procedimentos simplificados constituem fortes alavancas que apoiam a expansão dos regimes de vales.** Na maioria dos países avaliados neste documento (Bélgica, Brasil, Chéquia, França e Roménia) e noutros, os vales sociais passaram parcialmente do papel para cartões, aplicativos de telemóvel e outras soluções eletrónicas. Tal permitiu o desenvolvimento de novos mecanismos específicos altamente adaptáveis. Por exemplo, na Bélgica e no Brasil, foi realizada a digitalização completa para os vales de alimentação e refeição e deverá ser concluída em 2021 para os vales ecológicos na Bélgica. Em França e na Roménia, existe um acordo sobre a necessidade de expandir significativamente a digitalização dos regimes de vales.

**A digitalização pode apoiar o acompanhamento e a avaliação dos vales.** A digitalização pode garantir uma maior transparência na utilização e circulação dos fundos dedicados e dos subsídios aos regimes de vales, com uma redução dos encargos administrativos. Uma vez que a utilização de vales deixa um rasto digital, quando um beneficiário compra um produto, o distribuidor observa que os vales identificados de forma única foram utilizados e já não podem ser utilizados noutro lugar. A digitalização é também um fator de simplificação: o montante do vale gasto pode ser limitado por dia (por exemplo, Finlândia, França e Espanha), mas pode ser gasto várias vezes por dia, ao contrário de um vale em papel.

**Os vales podem ajudar a promover a transição das pequenas empresas para a economia digital.** Muitos países da UE desenvolveram vales de digitalização para ajudar as empresas, na sua maioria PME, a investir em soluções, serviços e/ou aquisição de máquinas digitais que facilitam a sua digitalização (EC, 2019<sup>[20]</sup>). Por exemplo, o instrumento

**Vale Indústria 4.0 em Portugal é implementado através de um vale financeiro de 7 500 EUR que permite às PME financiar serviços de consultoria e estratégias conducentes à adoção de tecnologias e processos associados à estratégia para a Indústria 4.0** (EU, 2021<sup>[21]</sup>). O sistema de vales digitais da região País do Loire, em França, tem uma configuração semelhante à transformação digital das empresas e inclui a opção de as PME utilizarem igualmente o sistema de vales para cofinanciar a aquisição de ferramentas digitais (EU, 2021<sup>[21]</sup>).



# 3 Perfis dos vales sociais em países selecionados

Esta secção aprofunda a análise sobre a utilização de vales sociais na **Bélgica, Brasil, Chéquia, França, México, Marrocos e Roménia**. Apresenta e analisa uma seleção dos vales mais proeminentes e inovadores e respetivos sistemas em cada país, bem como tendências comuns.

## Perfis dos países

### *Bélgica*

Na **Bélgica**, existem seis categorias principais de vales sociais: **alimentação e refeição, serviços ambientais, pessoais e domésticos, cultura, apoio social, desporto e lazer, e oferta**. Os três vales mais utilizados são os de alimentação e refeição, serviços pessoais e domésticos e vales ecológicos.

- Vales de alimentação e refeição

O vale de alimentação e refeição foi introduzido em 1965 como uma alternativa à disponibilização de uma cantina pelas empresas. Trata-se do vale mais importante e é considerado vantajoso uma vez que implica benefícios fiscais tanto para os empregadores como para os empregados, nomeadamente uma isenção total das contribuições para a segurança social. Os empregadores privados e públicos podem entregar vales aos seus empregados, incluindo teletrabalhadores, trabalhadores com estatuto especial e estagiários com contrato de trabalho. Desde 2007, os empresários independentes podem conceder-se vales de refeição, desde que correspondam ao número de dias trabalhados. Um empresário só se pode conceder vales de refeição quando os seus empregados beneficiam da mesma vantagem. Os profissionais independentes não podem receber vales de refeição, uma vez que não têm o estatuto jurídico de uma empresa (caixa 3.1). Os vales de alimentação e refeição têm de ser incluídos em acordos coletivos a nível setorial ou empresarial, ou em acordos individuais.

### Quadro 3.1. Vales de alimentação e refeição na Bélgica (2020)

Ano de introdução	1965
Área de utilização	Nacional
Legislação aplicável	Decreto Real que altera o art.º 19.º bis, do Decreto Real de 28.11.1969 para a execução da Lei de 27.06.1969 para a execução do Decreto-Lei de 28.12.1944 relativo à segurança social dos trabalhadores  Art.º 19.º bis, Serviço Nacional de Segurança Social, Portaria de 28.11.1969 Art.º 38§1,1 parágrafo 25.º Código do Imposto sobre Rendimentos 92  Art.º 38/1§2, Código do Imposto sobre Rendimentos 92 Art.º 53,14º, Código do Imposto sobre Rendimentos 92

	Decreto Real de 12 de outubro de 2010 que altera o artigo 19.º bis do Decreto Real de 28.11.1969. (digitalização)
<b>Disposições fiscais</b>	Isentos de contribuição social e de imposto sobre o rendimento, se estiverem preenchidas determinadas condições.  Dedutibilidade fiscal de 2 EUR por cada vale de refeição.
<b>Volume anual emitido de vales de refeição e de alimentação</b>	3 milhões de EUR
<b>Consumo interno</b>	380–400 milhões de EUR
<b>Empregadores que participam</b>	119 000
<b>Beneficiários</b>	2–3 milhões [máx. 6,91 EUR por dia]
<b>Comerciantes afiliados</b>	26 000
<b>Empregos direta e/ou indiretamente vinculados a este vale</b>	8 300–29 000

Notas: No máximo, um vale de refeição por dia e por trabalhador, o montante máximo que pode ser dado por trabalhador e por dia de trabalho é de 8 EUR (contribuição máxima de 6,91 EUR do empregador e um mínimo de 1,09 EUR do empregado).

Fonte: Com base nas respostas dos países ao questionário da OCDE de 2019 e nas informações fornecidas pela associação de vales sociais da Bélgica, pelo Conselho Nacional do Trabalho e pelo Ministério dos Assuntos Sociais.

### Caixa 3.1. Vales de refeição e de alimentação – Bélgica

Os vales de refeição não são obrigatórios. Um empregador que decida concedê-los deve cumprir as condições específicas incluídas na regulamentação dos vales de refeição:

- O benefício deve ser acordado num acordo de trabalho individual ou coletivo.
- O número de vales de refeição deve corresponder ao número de dias de trabalho mensais.
- Os vales devem ser emitidos em nome do empregado.

Quando o empregador decide conceder vales de refeição, deve fazê-lo para todos os seus empregados.

Os vales de alimentação só podem ser utilizados para comprar refeições ou produtos alimentares. São válidos por 12 meses após a emissão. O valor facial faz também parte da legislação relativa aos vales de refeição. Desde 1 de janeiro de 2016, o valor máximo de um vale é de 8 EUR com uma contribuição máxima/mínima do empregador/empregado:

- A contribuição do empregador deve ser, no máximo, de 6,91 EUR
- A contribuição do trabalhador deve ser, no mínimo, de 1,09

Fonte: (The Federal Public Service Employment, n.d.[22])

**Desde 2011, os vales de refeição e de alimentação foram digitalizados. Os vales eletrônicos substituíram completamente os vales em papel em 2016.** A digitalização trouxe muitas vantagens: simplificação administrativa, aumento da eficiência, inovação, segurança jurídica para empregadores, prestadores e emitentes que tenham investido no formato eletrônico (novos terminais ou adaptação dos existentes, etc.), melhor proteção contra roubo, perda e menos fraude devido ao pagamento garantido.

- Vales ecológicos

**O vale ecológico é o mais inovador na Bélgica.** Selecionado em 2019 como uma boa prática pela Plataforma Europeia das Partes Interessadas na Economia Circular<sup>9</sup>, o vale ecológico foi criado em 2009 como resultado das negociações entre sindicatos, empregadores e o Estado. O objetivo era aumentar o poder de compra dos trabalhadores na sequência da crise financeira de 2008. Os empregados recebem até 250 EUR por ano em vales ecológicos, isentos de contribuições sociais, para comprar produtos ou serviços de pegada ambiental baixa ou positiva numa rede de fornecedores designados. Além de aumentar o «benefício líquido» para os trabalhadores, os vales ecológicos ajudam a aumentar a sensibilização ambiental e o acesso a produtos ecológicos e sustentáveis identificados numa lista oficial de bens e serviços. Esta lista inclui produtos reutilizados, reciclados ou fabricados a partir de materiais reciclados ou biodegradáveis, produtos em segunda mão ou artigos reparados, baterias recarregáveis ou lâmpadas ecológicas. Os custos de manutenção e reparação também podem ser pagos com vales ecológicos. A lista é atualizada com os parceiros sociais de dois em dois anos para garantir que os produtos estejam alinhados com as últimas evoluções ambientais em normas e legislação. Em maio de 2021, os produtos biológicos com o rótulo «do prado ao prato» foram introduzidos na lista de produtos que podem ser adquiridos por vales ecológicos.

### Quadro 3.2. Vales ecológicos na Bélgica (2020)

<b>Ano de introdução</b>	2009
<b>Área de utilização</b>	Nacional
<b>Legislação aplicável</b>	14.4.2009: Decreto Real que altera o art.º 19 bis, do Decreto Real de 28.11.1969 para a execução da Lei de 27.06. 1969 para a execução do Decreto-Lei de 28.12.1944 relativo à segurança social dos trabalhadores Art.º 19 quater, Serviço Nacional de Segurança Social, Portaria de 28.11.1969 Art.º 38§1,1, parágrafo 25.º Código do Imposto sobre Rendimentos 92 Art.º 38/1§ 3º e 4º Código do Imposto sobre Rendimentos 92 Art.º 53,14º Código do Imposto sobre Rendimentos 92
<b>Disposições fiscais</b>	Isentos de contribuição social e de imposto sobre o rendimento, se estiverem preenchidas determinadas condições.
<b>Volume anual emitido</b>	318 milhões de EUR
<b>Consumo interno</b>	70 milhões de EUR
<b>Empregadores que participam</b>	106 413
<b>Beneficiários</b>	2 milhões [máx. 250 EUR por ano]
<b>Comerciantes afiliados</b>	11 000
<b>Empregos criados</b>	3 000

Fonte: Com base nas respostas dos países ao questionário da OCDE de 2019 e nas informações fornecidas pela associação de vales sociais da Bélgica, pelo Conselho Nacional do Trabalho e pelo Ministério dos Assuntos Sociais.

<sup>9</sup> A Plataforma Europeia das Partes Interessadas na Economia Circular é uma iniciativa conjunta da Comissão Europeia e do Comité Económico e Social Europeu. Lançada em março de 2017, a Plataforma defende ativamente a necessidade de uma transição para uma economia circular.

Em 2020, com base em estimativas, cerca de 106 000 empresas entregaram um volume de 318 milhões de EUR em vales ecológicos a 2 milhões de beneficiários, e mais de 1 000 produtos e serviços foram adquiridos numa rede de 11 000 estabelecimentos comerciais locais (caixa 3.2). O vale ecológico é popular e contribui para promover o consumo sustentável e melhorar a imagem já positiva dos produtos e serviços ecológicos. Metade dos beneficiários ainda considera os produtos e serviços ecológicos dispendiosos e manifestou a necessidade de incentivos financeiros para alterar os seus comportamentos de consumo.

### Caixa 3.2. Consumo ecológico através de vales – Bélgica

#### O que são os vales ecológicos?

Em 2009, o Conselho Nacional do Trabalho da Bélgica lançou o sistema de **vales ecológicos** através de um acordo coletivo com os parceiros sociais. O vale ecológico foi um instrumento para relançar a economia do país após a crise financeira de 2008, promovendo simultaneamente o consumo de produtos ecológicos. Os vales ecológicos têm um valor-limite de 250 EUR por trabalhador por ano e são fornecidos pelos empregadores como uma vantagem adicional. Estão isentos de contribuições sociais e de impostos (Van Gyes, 2009<sup>[23]</sup>).

#### Qual é o impacto destes vales?

- **Para os consumidores:** em 2018, um estudo realizado pela **Universidade de Hasselt e Indiville cvba** sobre o impacto dos vales ecológicos no comportamento dos consumidores concluiu o seguinte:
  - Mais de metade dos 14 000 consumidores inquiridos que receberam vales ecológicos declarou ter maior consciência ambiental. No entanto, tal não conduz automaticamente a alterações comportamentais;
  - 50% consideraram os produtos ecológicos muito caros e indicaram a necessidade de um incentivo financeiro para mudar o seu comportamento;
  - 29% dos que não receberam vales ecológicos escolheram produtos menos ecológicos;
  - 2/3 indicaram que teriam adquirido produtos ecológicos se tivessem acesso a vales ecológicos;
  - Por cada aumento de 10 EUR no valor dos vales ecológicos, a probabilidade de adquirir um produto ecológico aumenta 3%, ou seja, se os consumidores receberem 150 EUR em vales ecológicos, a probabilidade de adquirir produtos ecológicos aumenta 45%.

De acordo com outro estudo publicado em 2018 (CO2, 2019<sup>[24]</sup>), a poupança de CO<sub>2</sub> devida aos produtos adquiridos através de vales ecológicos é superior a 229 797 toneladas. Este valor corresponde a 11,6 milhões de viagens de automóvel de Bruxelas para Ostende ou às emissões anuais de 22 573 belgas. Um vale ecológico utilizado equivale a 1 kg de CO<sub>2</sub> poupado. Quase 50% das compras relacionadas com os vales ecológicos resultaram numa poupança adicional de CO<sub>2</sub> que não teria ocorrido sem a disponibilidade dos vales ecológicos.

- **Para as empresas:** os vales ecológicos ajudam as empresas e as empresas sociais a cumprir os seus compromissos ambientais. De acordo com Jobat, um portal belga de recrutamento em linha, os vales ecológicos são um dos incentivos preferidos pelos trabalhadores.

Fonte: (CO2, 2019<sup>[24]</sup>) (Voucher Issuers Association, 2019<sup>[25]</sup>) (Van Gyes, 2009<sup>[23]</sup>) (Edenred, 2019<sup>[26]</sup>)

- Vales de serviços pessoais e domésticos

**Em 2004, os vales de serviços pessoais e domésticos (*Titres Services* ou *Dienstencheque*) foram lançados para criar novos empregos, formalizar o trabalho não declarado e melhorar o equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada.** Atualmente, são vistos mais como uma redução fiscal da classe média que permite um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada e mais oportunidades de emprego para as mulheres mais qualificadas (OECD, 2021<sup>[111]</sup>). O setor dos serviços pessoais e domésticos tornou-se um setor profissional em si mesmo (Farvaque, 2015<sup>[27]</sup>), com mais de 1,2 milhões de utilizadores em 2021 (uma em cada quatro famílias utiliza vales de serviços). São utilizados para externalizar serviços específicos de limpeza e não assistência (limpeza, engomadoria, compras de alimentos e produtos de mercearia, transporte de pessoas com mobilidade reduzida) e são diretamente acessíveis aos utilizadores através de um emissor de vales sociais e não distribuídos pelas autoridades públicas ou empregadores.

### Quadro 3.3. Vales de serviço pessoais e domésticos (PHS) na Bélgica (2018)

<b>Ano de introdução</b>	2004, regionalizado desde 2016
<b>Área de utilização</b>	Regional: cada região adaptou o sistema às suas necessidades específicas
<b>Legislação aplicável</b>	Decreto Real de 12 de dezembro de 2001 relativo aos vales de serviços e respetivas alterações
<b>Disposições fiscais</b>	Legislação fiscal regional específica
<b>Custo anual</b>	A contribuição total das três regiões belgas, combinada com subvenções, ascende a cerca de 2 mil milhões de EUR em 2021, tendo os utilizadores contribuído com um montante adicional de 1,2 mil milhões de EUR por ano
<b>Consumo interno</b>	100 % – os vales só podem ser usados para comprar a lista limitada de serviços PHS na região
<b>Beneficiários</b>	1,2 milhões [máx. 6 750 – 7 000 EUR por ano]
<b>Comerciantes afiliados</b>	3 000
<b>Empregos direta e/ou indiretamente vinculados a este vale</b>	150 000

Fonte: Com base nas respostas dos países ao questionário da OCDE de 2019 e nas informações fornecidas pela associação de vales sociais da Bélgica, pelo Conselho Nacional do Trabalho e pelo Ministério dos Assuntos Sociais.

**Os vales de serviços pessoais e domésticos combinam uma subvenção regional dos custos salariais para o trabalho com grande intensidade de mão de obra e pouco qualificado com uma contribuição do utilizador.** Cada vale custa ao utilizador 9 EUR para os primeiros 400 vales e 10 EUR para os próximos 100 vales, o que corresponde a uma hora de serviço doméstico de uma empresa registada e o custo é parcialmente dedutível. Desde 2016, o regime dos vales de serviços é gerido pelas três regiões da Bélgica. São responsáveis pela fixação de preços, pagamento, acompanhamento e avaliação do programa. O regime confere aos utilizadores um desagravamento fiscal que difere consoante a região e está a ser objeto de revisão regular. Para além do custo de 9 ou 10 EUR, as empresas registadas recebem uma subvenção regional de 14 EUR, com ligeiras diferenças por região. Durante a crise da COVID-19, as três regiões, Flandres, Valónia e a Região de Bruxelas-Capital, utilizaram os sistemas de atribuição e distribuição de subsídios para financiar empresas certificadas que foram duramente afetadas, especialmente durante o primeiro confinamento. No total, as três regiões distribuíram um montante estimado de 265 milhões de EUR

em subvenções adicionais às empresas certificadas.<sup>10</sup> As empresas de vales de serviço exigem certificação pelas autoridades regionais e só podem estar ativas em atividades de vales de serviço. Não são permitidas outras atividades na mesma entidade legal. Incluem organizações com ou sem fins lucrativos, empresas comerciais (por exemplo, filiais de agências de trabalho temporário ou empresas de limpeza comerciais), empresas sociais de integração no trabalho, e serviços públicos, tais como serviços ou comunidades de assistência social locais.

**A introdução de vales de serviços pessoais e domésticos teve um impacto positivo na redução do trabalho não declarado.** Os vales sociais utilizados neste setor são transparentes, fáceis de utilizar e acessíveis aos consumidores em toda a distribuição do rendimento; permitem igualmente uma simples orientação de grupos específicos, se desejado (OECD, 2021<sup>[11]</sup>). As avaliações salientam que os vales de serviços na Bélgica criaram novos empregos dignos e de qualidade superior ao longo dos anos (em termos de contrato, salário, horário de trabalho, formação dos trabalhadores, etc.). Dados recentes mostram que o sistema belga de vales de serviços está a angariar quase metade dos seus trabalhadores em grupos com uma ligação anteriormente fraca ao mercado de trabalho, como os desempregados de longa duração ou as pessoas inativas, bem como os que têm um emprego altamente irregular (OECD, 2021<sup>[11]</sup>). Os efeitos positivos dos vales de serviços no emprego são permanentes, uma vez que os trabalhadores que entram no sistema são significativamente mais suscetíveis de ser empregados no setor a curto e longo prazo (Lens, 2021<sup>[12]</sup>). Outro estudo (Leduc and Tojerow, 2020<sup>[23]</sup>) mostra que a subvenção do setor dos serviços pessoais e domésticos aumenta consideravelmente a probabilidade de um trabalhador ter emprego tanto a curto como a longo prazo. Os benefícios coletivos associados a este sistema levantaram questões no passado sobre o seu custo líquido para as autoridades públicas, uma vez que é financiado em mais de 60% por fundos públicos. No entanto, estudos recentes indicam efeitos indiretos e diretos significativos em termos de retorno. «A redução das despesas com subsídios de desemprego e o aumento das receitas fiscais e das contribuições sociais são diretamente recuperados. Os efeitos indiretos estão relacionados com o aumento da atividade empresarial, bem como com os efeitos de substituição do consumo e do mercado de trabalho [...] neste contexto, é importante ter em conta esses efeitos de retorno do rendimento, embora a sua estimativa seja complicada e geralmente baseada em vários pressupostos» (EFSI, 2013<sup>[29]</sup>).

- Vales de desporto e cultura

**Os vales de desporto e cultura foram introduzidos em 2006.** Para serem distribuídos aos empregados, estes benefícios têm de ser incluídos numa convenção coletiva celebrada a nível da empresa ou numa convenção individual escrita. Estes vales não são muito utilizados devido a restrições à sua utilização: só podem ser trocados com prestadores culturais ou associações desportivas para as quais exista um sindicato reconhecido ou que pertença a uma federação desportiva nacional (futebol, hóquei, boxe ou golfe).

### Quadro 3.4. Vales de desporto e cultura na Bélgica

Ano de introdução	2006
Área de utilização	Nacional
Legislação aplicável	30.06.2006 Decreto Real que altera o art.º 19.º bis, do Decreto Real de 28.11.1969 para a execução da Lei de 27.06.1969 para a execução do Decreto-Lei de 28.12.1944 relativo à segurança social dos trabalhadores  circulares 28/2002, de 16 de outubro de 2002, e 242/588 226, de 22 de setembro de 2008.

Fonte: Com base em pesquisa de documentação.

<sup>10</sup> Fonte: Sodexo Pass NV Bélgica

- Chèques-Entreprises

**A região da Valónia lançou um novo sistema de vale de serviços de desenvolvimento empresarial em 2017 – a plataforma *Chèques-Entreprises*.** Este sistema permite que as PME e os empresários solicitem vales cofinanciados pela região para beneficiarem de formação, aconselhamento empresarial e apoio de orientação por parte de prestadores de serviços acreditados. Os serviços são organizados para se adaptarem às necessidades das empresas (por exemplo, internacionalização, digital, inovação, propriedade intelectual) e aos estados de desenvolvimento (criação, crescimento ou transmissão de empresas).

- Vales de consumo

**Em julho de 2020, o Governo da Bélgica introduziu vales de consumo.**<sup>11</sup> Os vales de consumo têm um valor global de 300 EUR. São concedidos pelos empregadores aos empregados para terem acesso a bens ou serviços em três setores empresariais que foram duramente atingidos durante a crise da COVID-19: hotéis, restauração, cultura e desporto. Em dezembro de 2020, as autoridades criaram um vale de consumo específico para recompensar os trabalhadores federais do setor da saúde (incluindo centros de saúde comunitários, cuidados de saúde ao domicílio, serviços, etc.) pelos seus esforços excepcionais durante a crise. Em junho de 2021, o Conselho de Ministros aprovou um projeto de decreto real, que permite às empresas com bons resultados durante a crise conceder um *corona bonus* no valor de 500 EUR aos seus trabalhadores para o ano de 2021 (excluído da margem salarial) sob a forma de um vale de consumo. O objetivo é aumentar o poder de compra dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, apoiar as empresas.

## **Brasil**

**No Brasil, o fornecimento de alimentos aos trabalhadores é a principal prioridade estratégica para a qual os vales são usados.** O Programa de Alimentação do Trabalhador é executado através de um regime específico de vales. O objetivo político é garantir a segurança alimentar e nutricional aos trabalhadores, com base no princípio da soberania alimentar e no direito à qualidade e quantidade suficiente de alimentos, sem comprometer outras necessidades essenciais. A utilização de vales neste programa apoiou a ambição do governo de prosseguir um programa de desenvolvimento para o país que não estivesse baseado apenas na assistência social.

- Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

**O Programa de Alimentação do Trabalhador foi criado em 1976. Em 2021, beneficiou 22 milhões de trabalhadores no mercado formal de trabalho, representando 50% do total da mão de obra brasileira.**<sup>12</sup>

Os empregadores podem fornecer refeições e vales de alimentação, ou oferecer alimentos preparados pela empresa ou por um contratante diretamente na cantina da empresa. O programa incentiva as empresas a fornecer alimentos adequados aos seus empregados, priorizando os trabalhadores que recebem até ao equivalente a 5 vezes o salário mínimo, mas há a possibilidade de estendê-lo aos trabalhadores com salários acima desse limite. Qualquer empresa pode aderir ao programa, incluindo microempresários individuais, microempresas, empresas sem fins lucrativos, bem como administrações e entidades públicas ou semipúblicas (Torres KG, 2020<sup>[30]</sup>). Até 30% dos empregadores inscritos no programa optam pelas cantinas, enquanto 70% fornecem vales de alimentação e refeição. As empresas aderem voluntariamente ao programa e, em caso de incumprimento das suas regras, são excluídas. Os benefícios da adesão ao programa incluem um benefício fiscal e uma isenção de imposto sobre o rendimento. Estes benefícios fiscais não constituem

<sup>11</sup> Decreto Real e Lei de 15 de julho de 2020.

<sup>12</sup> <http://pat.mte.gov.br/relatorios2008/RelTotalPAT.asp>

um encargo salarial e conduzem a uma isenção de contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.<sup>13</sup>

### Quadro 3.5. Vale de alimentação e refeição no Brasil (2015–2016–2021)

<b>Ano de introdução</b>	Vales de refeição: 1976 – Vales de alimentação: 1991
<b>Nome local</b>	Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)
<b>Área de utilização</b>	Nacional
<b>Legislação aplicável</b>	Lei 6321
<b>Disposições fiscais</b>	Vales de alimentação e refeição: - Isenção de imposto para o empregador e o empregado - Totalmente dedutível tanto para o empregador como para o empregado - Dedutível do imposto sobre o rendimento das sociedades até 4% do imposto devido em cada exercício fiscal para as grandes empresas
<b>Impacto nas finanças públicas</b>	O PAT permite um retorno médio de 15,71 BRL para cada BRL de incentivo fiscal (cobrança adicional de 11,5 mil milhões de BRL por ano)
<b>Consumo interno</b>	Valor total das refeições servidas: 1,26 mil milhões de BRL (2015) Impacto no PIB: 2,4 mil milhões de BRL (2015)
<b>Empregadores que participam</b>	223 000 (2015) 282 605 (2021)
<b>Beneficiários</b>	20 milhões (2016) 22 milhões (2021)  Vales de alimentação: 15,36 BRL por dia (2016) Vales de refeição: 17,00 BRL por dia (2016)
<b>Empregos direta e/ou indiretamente vinculados a este vale</b>	670 000 (2016)

Fonte: Com base nas respostas dos países ao questionário da OCDE de 2019, informações fornecidas pela associação de vales sociais no Brasil e pela Secretaria do Trabalho (Unidade de Inspeção e Unidade de Saúde e Segurança Ocupacional responsável pelo programa de vales PAT), Fundação Getúlio Vargas, sindicato Força Sindical, Universidade de São Paulo, Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

<sup>13</sup> De acordo com o sistema Fundo de Garantia por Tempo de Serviço criado em 1966 e agora regulado pela Lei nº 8036 de 11 de maio de 1990, (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS), todos os meses, o empregador é obrigado a depositar 8% do salário mensal do empregado numa conta gerida pela Caixa Econômica Federal em nome do empregado.



### Caixa 3.3. Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) – Brasil

O Programa de Alimentação do Trabalhador visa melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores com baixos rendimentos. As empresas que aderirem voluntariamente ao programa podem oferecer vales de refeição ou fornecer alimentos em cantinas. Nas cantinas, podem organizar todo o processo de produção e serviço de refeições ou contratar empresas registradas no programa para prestar o serviço. As refeições devem ser saudáveis e adequadas às necessidades nutricionais de quem as recebe.

Os vales parecem ser uma boa solução para médias empresas em ambientes urbanos. Permitem-lhes oferecer uma refeição nutritiva a um preço subsidiado. Desde o seu lançamento, os vales e as cantinas têm-se complementado mutuamente, e o programa teve sucesso imediato entre as empresas. As autoridades foram muito ativas promovendo-o como uma ação público-privada.

Desde a sua criação, o número de trabalhadores inscritos no programa aumentou 9% ao ano, enquanto os acidentes no local de trabalho diminuíram cerca de 2% ao ano.

Fonte: Entrevistas realizadas no Brasil em 2019 (Torres KG, 2020<sup>[31]</sup>)

No entanto, na sequência de uma reforma laboral em 2017, as empresas estão isentas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, quer ofereçam ou não um vale de alimentação. Apesar desta reforma, o número de empresas que aderem ao Programa de Alimentação do Trabalhador continua a aumentar, mas a um ritmo mais lento do que anteriormente, e o número de trabalhadores que dele beneficiam também.

**Quadro 3.6. Função das partes interessadas no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) – Brasil**

GOVERNO	EMITENTE	EMPREGADOR	TRABALHADOR
Incentivo fiscal <u>apenas</u> para o PAT: até 4%	Emite cartões	Pode aderir ao PAT	Podem participar na formulação do benefício no local de trabalho
Isonção de encargos sociais (INSS/FGTS)	Responsabilidade partilhada pelo programa	Suporta o custo de até 80% do valor do benefício	O benefício não é considerado salário
Controla a eficiência do programa	Emite relatórios sobre a utilização	Responsabilidade partilhada pelo programa	
Acompanhamento do programa	Relações com os empregadores	Pode aproveitar os incentivos	

Fonte: OCDE com base em entrevistas realizadas em 2019 com a Secretaria do Trabalho (Unidade de Inspeção e Unidade de Saúde e Segurança Ocupacional responsável pelo programa de vales PAT), Fundação Getúlio Vargas, sindicato Força Sindical, Universidade de São Paulo, Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

**Nos últimos 40 anos, as avaliações do programa foram conduzidas pelo governo.** Estas encontraram uma diminuição significativa na prevalência da desnutrição entre os trabalhadores. Um estudo recente conduzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) constatou que o programa melhorou em 6,1 pontos percentuais a autoavaliação das condições de saúde em relação aos trabalhadores que não estão no programa. O programa também é considerado um instrumento valioso para prevenir patologias ligadas à nutrição, como a hipertensão (- 1,8 pp.), as doenças cardíacas (- 0,5 pp.) e os diabetes (- 0,6 pp.). Além disso, o programa contribui para taxas mais elevadas de atividade física regular, até 2,6 p.p. Isto traduz-se não só numa melhor saúde física, mas também num aumento do bem-estar e do lazer.<sup>1414</sup> O programa também trouxe vantagens sociais e económicas. A subcontratação da gestão das refeições do trabalhador para restaurantes locais, bem como os novos beneficiários, ajudou a reduzir os custos administrativos e, ao mesmo tempo, ofereceu mais opções aos empregados. A digitalização também contribuiu para reduzir os custos administrativos para os beneficiários, os prestadores de serviços alimentares e as empresas.

**Uma oportunidade sugerida pelas avaliações é expandir a cobertura, oferecendo melhores incentivos para que as PME adiram ao programa.** Atualmente, só as grandes empresas podem beneficiar plenamente dos incentivos fiscais que o programa oferece. As pequenas empresas não participam em grande escala devido à sua falta de capacidade para cumprir os requisitos do programa. Certas partes interessadas, como os sindicatos, manifestaram a necessidade de alargar a cobertura às pequenas empresas e aos trabalhadores independentes. Com base em estimativas, o alargamento do programa às PME permitiria que 20 milhões de trabalhadores beneficiassem do mesmo e seria também um instrumento poderoso para formalizar mais fornecedores de alimentos e de refeições (Mazzon, 2016<sup>[17]</sup>).

- Vales relacionados com a COVID-19

**Na sequência do surto de COVID-19, o Governo decidiu distribuir vales de 600 BRL (116 USD) a trabalhadores que não têm um emprego formal e não beneficiam dos dois programas emblemáticos de transferência de numerário no Brasil – a Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada**

<sup>14</sup> Informações recolhidas por NERI, Marcelo (2021) Impactos do Programa de Alimentação do Trabalhador.

**(BPC).** Estes vales são distribuídos através do registo nacional (Cadastro Único) como um benefício social para comprar alimentos e outros bens necessários, pagos inteiramente pelo governo, sem contribuições dos empregadores.

### Chéquia

- Vales de alimentação e refeição

**A evolução mais recente do sistema checo de vales é um pacote fiscal que introduziu um subsídio fixo para refeições, como alternativa às cantinas e aos vales para refeições.** Com este novo subsídio de refeição, introduzido em 2020, os empregadores podem oferecer uma contribuição em dinheiro isenta de impostos, dedutível das contribuições sociais. Esta medida visa reduzir os custos administrativos dos vales, eliminando as taxas das empresas emitentes e reduzindo os encargos administrativos para os restaurantes e lojas acreditados, com o objetivo de trazer as pequenas empresas e os comerciantes para o programa de refeições.

### Quadro 3.7. Vales de alimentação e refeição na Chéquia (2018)

<b>Ano de introdução</b>	1992
<b>Área de utilização</b>	nacional
<b>Legislação aplicável</b>	Lei n.º 568/1992 Coll.
<b>Disposições fiscais</b>	O empregador pode obter uma dedução fiscal de 55% do custo dos vales de refeição até um limite (estabelecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais). O empregado geralmente contribui com 45% do valor dos vales.
<b>Custo anual</b>	241 milhões de coroas checas (CZK) (9 milhões de EUR)
<b>Beneficiários</b>	1,5 milhões

Fonte: Com base nas respostas dos países ao questionário da OCDE de 2019 e nas informações fornecidas pela associação de vales sociais na Chéquia e pelo Ministério da Economia.

**Apesar da recente reforma, continua a ser possível fornecer vales de refeição.** Os empregadores ainda podem fornecer refeições (cafetarias da empresa, cantinas) ou vales de alimentação. Em ambos os casos, a despesa dedutível do empregador é de 55% do preço do valor da refeição ou do vale de refeição e 45% é deduzido do salário líquido do empregado. Como terceira alternativa, o empregador pode agora usar um subsídio de refeição isento de impostos, que permitiria ao empregado receber dinheiro em vez de vales.

**Segundo dados do Ministério das Finanças, cerca de 1,8 milhões dos 4,3 milhões de trabalhadores têm acesso a uma cantina e 1,5 milhões de trabalhadores recebem vales de refeição.** Com a introdução do subsídio de refeição, o objetivo é apoiar a concessão de subsídios de refeição a cerca de 1 milhão de trabalhadores, que não têm acesso a uma cafeteria ou a vales de alimentação.

- Vales de cultura

**Em 2020, o Ministério da Indústria e do Comércio, em colaboração com o Ministério da Cultura, introduziu um programa denominado «COVID – Indústrias Culturais e Criativas», ao qual o Governo atribuiu mil milhões de CZK.** O programa apoia os organizadores de eventos culturais cancelados ou adiados, cobrindo 50% dos seus custos (até um máximo de 5 milhões de CZK). As PME das indústrias criativas que beneficiam deste regime são apoiadas sob a forma de subvenções e/ou vales criativos.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> <https://www.vlada.cz/en/media-centrum/aktualne/government-proposes-meal-voucher-reform--decides-on-support-for-organisers-of-cultural-events-and-at-risk-children--182356/>

## França

**A França tem uma longa tradição de vales desenvolvidos por empresas e autoridades públicas para servir muitos fins.** As principais categorias de vales são de alimentação e refeição, serviços pessoais e domésticos e cultura.

- Vales de alimentação e refeição

**Os vales de alimentação e refeição são amplamente utilizados nos locais de trabalho na França.** Criados em 1962, esses vales tornaram-se os preferidos pelos empregados. De acordo com a Commission Nationale des Titres Repas, em 2018, os vales de alimentação e refeição beneficiaram quase 4,5 milhões de trabalhadores e 140 000 empresas (80% das quais são PME), bem como autoridades locais que também cofinanciaram tais vales para os seus empregados. Estima-se que, por cada 1 EUR de contribuição do empregador, 2,55 voltam a ser injetados na economia local, resultando na criação de 164 000 postos de trabalho (caixa 1.2).

**O sucesso do vale de refeição na França baseia-se no compromisso triplo do Estado, empregadores e empregados.** Ao conceder uma isenção das contribuições sociais e fiscais aos vales de alimentação e refeição, o Estado incentivou as negociações entre empregadores e empregados a fim de decidir sobre a oportunidade de criar programas de vales e o montante do seu cofinanciamento. É um exemplo de diálogo social bem-sucedido, em que o Estado define o quadro e desempenha um papel facilitador, deixando aos parceiros sociais a liberdade de negociar.

### Quadro 3.8. Vales de alimentação e refeição em França (2018)

Ano de introdução	1962
Nome local	<i>Titre-restaurant</i>
Área de utilização	nacional
Legislação aplicável	Código do trabalho (L.3262-1 e seguinte) / Código Geral dos Impostos (L.81 19°) / Código Social (L.136-1-1 4° a)
Disposições fiscais	Desagravamento fiscal e de contribuições sociais total (empregador: máx. 5,55 EUR/dia)
Empregadores que participam	140 000
Beneficiários	4,5 milhões
Comerciantes afiliados	180 000
Empregos criados	164 000

Fonte: Com base nas respostas dos países ao questionário da OCDE de 2019, nas informações fornecidas pela associação de vales sociais em França, a Commission Nationale des Titres-Restaurant e Ministério da Economia e das Finanças.

- Vales de cultura

**Em França, são aplicados dois regimes de vales de cultura, ao abrigo de regulamentos diferentes.** O primeiro regime está relacionado com o trabalho e refere-se aos vales de cultura concedidos pelos empregadores aos empregados. Este vale beneficia 2 milhões de empregados, sob a forma de um benefício isento de impostos e contribuições sociais. O segundo regime, gerido por quase todas as regiões francesas, destina-se a grupos específicos, como os jovens ou as famílias de baixos rendimentos. As autoridades locais utilizam estes vales específicos para alargar o acesso à cultura. Desde 2021, foi lançado um terceiro regime nacional, o «passe de cultura». O valor deste vale é de 300 EUR, atribuídos exclusivamente aos jovens, para utilização em todos os produtos culturais.<sup>16</sup><sub>16</sub>

<sup>16</sup> <https://www.service-public.fr/particuliers/actualites/A14915>

### Quadro 3.9. Vales de cultura relacionados com o trabalho em França (2018)

Ano de introdução	1993
Nome local	<i>Titre-culture</i>
Área de utilização	nacional
Legislação aplicável	Disposições administrativas específicas
Disposições fiscais	Desagravamento fiscal e de contribuições sociais total (sem limite máximo)
Beneficiários de vales de cultura relacionados com o trabalho	2 milhões

Fonte: Com base nas respostas dos países ao questionário da OCDE de 2019, nas informações fornecidas pela associação de vales sociais em França.

- Vales de serviços pessoais e domésticos

**Ao longo das últimas duas décadas, foram introduzidos vários regimes para estimular o setor dos serviços pessoais e domésticos em França.** Estes incluem, nomeadamente, o *Chèque Emploi Service (CES)* em 1993 e o *Titre Emploi Service (TES)* em 1996. Em 2005, o *Chèque Emploi Service Universel (CESU)* foi introduzido para substituir os regimes anteriores. O *CESU* permite que os utilizadores beneficiem de diferentes serviços domésticos, tais como limpeza, pequenas obras de manutenção, jardinagem, serviços de acompanhamento de crianças, ajuda ao estudo, assistência administrativa, preparação e entrega de refeições, recolha de roupa, transporte para pessoas com deficiência e cuidados com animais domésticos (caixa 1.3). Coexistem dois modelos *CESU*: i) o *CESU déclaratif*, que permite o emprego direto dos trabalhadores dos serviços pelas famílias ou ii) o *CESU pré-financiado*, que permite a prestação de serviços por organizações de prestadores sem fins lucrativos ou de outros intermediários, tais como associações, empresas ou organizações públicas que atuem como *prestataire ou mandataire*, pelo que os trabalhadores são contratados por estes intermediários para os agregados familiares privados (OECD, 2021<sup>[11]</sup>). O *CESU déclaratif* permite uma folha de pagamento, um contrato de trabalho profissional e meios de pagamento. A sua simplicidade visa combater o emprego não declarado no domicílio (AH-PHS, 2020<sup>[32]</sup>). Os incentivos fiscais foram simplificados para facilitar a aceitação deste vale e dos serviços conexos (quadro 3.10). O *CESU pré-financiado* permite que empregadores privados ou públicos comprem estes vales e, subsequentemente, obtenham uma dedução fiscal de até 50 000 EUR por ano, desde que entreguem esses vales aos seus empregados (AH-PHS, 2020<sup>[32]</sup>).

**Para além de combater a informalidade, o CESU funciona como um equalizador social, ao possibilitar serviços de acolhimento de crianças, de cuidados a pessoas idosas e domésticos às famílias, incluindo as de baixos rendimentos.** A lógica subjacente a este regime é que, quando os trabalhadores têm um vale a utilizar para o trabalho doméstico, deixam-lhes tempo livre, que podem gastar em atividades de lazer e sociais ou avançar nas suas carreiras. Outro elemento importante é a promoção da igualdade de género, uma vez que as mulheres dedicam mais tempo a tarefas domésticas não remuneradas e têm mais probabilidades de estar em trabalho não declarado no setor.

### Quadro 3.10. Vales de serviços pessoais e domésticos em França (2018)

Ano de introdução	2005
Nome local	<i>Chèque Emploi Services Universel – CESU</i>
Área de utilização	Nacional
Legislação aplicável	Código do trabalho ( <i>Code du travail</i> ) – Artigo L1271-1 Código da Segurança Social ( <i>Code de la sécurité sociale</i> ) - Artigo L133-8 - Código Geral dos Impostos
Disposições fiscais	Desagravamento fiscal e de contribuições sociais total (com um limite máximo anual de 1 830 EUR por empregado e um limite total de 6 000 EUR por ano dedutível do imposto sobre o rendimento das sociedades)
Beneficiários	1 milhão

Fonte: <https://www.servicesalapersonne.gouv.fr/espace-pro/professionnels-et-cheque-emploi-service-universel-prefinance> .

## México

Inspirado pelo Programa de Alimentação do Trabalhador do Brasil, o México criou dois tipos de programas de vales: o vale de refeição (*Ticket Comida*) e o vale de alimentação (*Ticket Despensa/Canasta*). Ambos os vales são os mais utilizados no país e são regulados pela Lei de Assistência Alimentar aos Trabalhadores de 2011 (*Ley De Ayuda Alimentaria Para Los Trabajadores-LAAT*),<sup>17</sup> 17 que proporciona um quadro jurídico comum para a implementação de regimes de ajuda alimentar e incentiva as empresas a adotar programas de vales numa base voluntária.

- Vales de alimentação e refeição

**Os vales de refeição foram os primeiros a ser introduzidos, no entanto os vales de alimentação são muito mais amplamente utilizados.** Hoje em dia, 100 000 trabalhadores recebem vales de refeição e 9 milhões recebem vales de alimentação. Antes do desenvolvimento dos vales, os trabalhadores recebiam cestas de alimentos (*canastas*), uma tradição que remonta a mais de 40 anos, desenvolvida no estado industrial de Monterrey. Com base nesta tradição, os vales de alimentação (*Ticket Despensa/Canasta*) são benefícios que podem ser utilizados em supermercados e mercearias. Têm por objetivo melhorar as condições nutricionais dos beneficiários e dos seus familiares. Por outro lado, os vales de refeição devem ser gastos em restaurantes ou cantinas, e apenas pelo trabalhador, não sendo assim percebidos como um benefício que se estende à família.

**Existe um limite máximo para a dedutibilidade dos vales como contribuições sociais.** Na maioria dos países, os vales são totalmente dedutíveis do salário, uma vez que são considerados uma contribuição social. No México, apenas 53% dos benefícios sociais podem ser descontados do salário. Além disso, os vales podem ser caracterizados como uma prestação social até um determinado montante, que é o equivalente a um salário mínimo. O Supremo Tribunal do México definiu os vales de alimentação como uma prestação social com um teto de um salário mínimo nas isenções de imposto sobre o rendimento. Isto significa que, se os empregadores concederem mais do que o valor de um salário mínimo em vales, este contaria como parte do salário e que, em qualquer dos casos, seriam apenas 53% dedutíveis.

**Outro desafio é o alto nível de informalidade da economia mexicana.** A informalidade abrange quase 60 % dos empregos formais e cerca de um quarto do PIB (OECD, 2019<sub>[33]</sub>). Muitos trabalhadores mexicanos estão empregados informalmente, o que impede os seus empregadores de lhes conceder vales. No setor dos serviços alimentares, predominam as pequenas lojas e os vendedores ambulantes. Estas empresas não estão dispostas a utilizar vales, porque não dispõem de procedimentos formais para declarar impostos. Em teoria, os vales de refeição poderiam servir de incentivo à formalização, mas atualmente a sua adoção é desencorajada, devido à isenção fiscal limitada. Sem incentivos adicionais à formalização, tais como procedimentos administrativos simplificados e isenções fiscais mais amplas, o mercado dos vales de refeição pode não crescer. Incentivar a digitalização dos vales de refeição e dos vales de alimentação poderia também ser uma estratégia para acelerar a formalização.

### Quadro 3.11. Vales de alimentação e refeição no México (2018)

<b>Legislação aplicável</b>	<i>Ley de Ayuda Alimentaria para los Trabajadores (LAAT)</i> Lei do Imposto sobre o Rendimento
<b>Disposições fiscais</b>	Vales de alimentação: (i) parcialmente dedutível para o empregador (53%) e (ii) isentos para os empregados desde que o valor dos vales (juntamente com todas as outras prestações de segurança social) não exceda um salário mínimo. Vales de refeição: totalmente dedutíveis para o empregador (desde que não excedam um salário mínimo), não sendo o rendimento acumulável para o empregado.

<sup>17</sup> *Ley De Ayuda Alimentaria Para Los Trabajadores*

<b>Beneficiários</b>	Vales de alimentação: 9 milhões de vales de refeição: 100 000 Empresas que concedem vales de alimentação: 80 000 Empresas que concedem vales de refeição: 1 000
<b>Rede de estabelecimentos afiliados</b>	Vales de alimentação: 50 000 Vales de refeição: 5 000

Fonte: Com base nas respostas dos países ao questionário da OCDE de 2019, nas informações fornecidas pela associação de vales sociais no México e pelo Ministério do Trabalho.

O México também tem um programa de vales de uniforme para ajudar a fornecer uniformes de trabalho quando necessário.

### Quadro 3.12. Vales de uniforme no México

<b>Legislação aplicável</b>	Lei do Imposto sobre o Rendimento; Direito do Trabalho
<b>Disposições fiscais</b>	100% dedutível para o empregador, se for usado como ferramenta de trabalho. Parcialmente dedutível para o empregador (53%) se for concedido como uma prestação social. Desde que não exceda um salário mínimo, o rendimento não é acumulável para o empregado
<b>Beneficiários</b>	Todos os empregados que trabalham para uma empresa (seja privada ou pública) que concede este benefício ao abrigo de contratos individuais de trabalho ou contratos coletivos. O benefício não é obrigatório por lei.

Fonte: Com base em pesquisa de documentação.

## Marrocos

**Em Marrocos, os vales de refeição existem há mais de 20 anos.** Contribuíram para a mudança de hábitos nos setores público e privado e ajudaram os empregados e os trabalhadores a terem acesso a refeições dignas e a aumentarem o seu poder de compra.

- Vales de alimentação e refeição

**Em Marrocos, a introdução de vales de alimentação permitiu o acesso à alimentação durante o dia de trabalho, promovendo assim o dia de trabalho sem interrupção e alcançando maior eficiência e produtividade.** A maioria dos empregados e trabalhadores estavam acostumados a fazer as suas pausas para almoço em casa. No entanto, com a jornada de trabalho ininterrupta, essa pausa tornou-se onerosa. Embora os vales de refeição sejam populares, a maioria dos funcionários considera que o atual vale limitado a 30 dirames marroquinos (MAD) (3 EUR)<sup>18</sup> não é suficiente para ter uma refeição saudável. Atualmente, coexistem em Marrocos duas medidas não cumulativas:

- Uma prestação em dinheiro para alimentos, isenta ou não, dependendo do acordo contratual entre a empresa e o empregado.
- Vales de refeição isentos até ao limite de 30 MAD (3 EUR) por trabalhador e por dia de trabalho.<sup>19</sup>

O sistema carece de uma entidade reguladora pública para supervisionar o sistema de vales e medir os seus impactos. Os emitentes e os prestadores associados não são obrigados a celebrar um contrato, pelo que não existem sanções em caso de incumprimento das disposições exigidas. As autoridades e as partes interessadas inquiridas para o presente relatório afirmaram que o quadro legislativo poderia ser revisto e melhorado para garantir o acesso dos trabalhadores a uma refeição decente. Tal contribuiria igualmente para a formalização do setor dos serviços alimentares. A digitalização também poderia ser incentivada.

<sup>18</sup> Informações extraídas do questionário de Marrocos.

<sup>19</sup> Artigo 57.º, Lei das Finanças de 2008 N.º 38-07

### Quadro 3.13. Vales de alimentação e refeição em Marrocos (2018)

<b>Legislação aplicável</b>	Apêndice 1: «Nota circular-CNSS», páginas 23 e 24.
<b>Disposições fiscais</b>	artigo 66.º da lei 17-89 relativa ao imposto sobre o rendimento [ <i>l'Impôt Général sur le revenu (IGR)</i> ] Apêndice 2 : «Nota circular n.º 729-DGI» N.º 2, página 9 (Lei das Finanças de 1999-2000 BO n.º 4704) isenta, no limite de 30 MAD (3 EUR) por dia e por trabalhador, e 20% do rendimento tributável bruto do beneficiário.

Fonte: Com base nas respostas dos países ao questionário da OCDE de 2019, nas informações fornecidas pela associação de vales sociais em Marrocos, pelo Ministério da Economia e das Finanças, pelo Ministério da Saúde, pela Caisse Nationale de Sécurité Sociale.

- Vale de oferta

**Os outros vales populares em Marrocos são vales de oferta. São amplamente utilizados pelas empresas para recompensar a motivação e o desempenho dos empregados.** As empresas mostram um forte apoio a este sistema, no entanto, o benefício pode ser convertido em numerário e pode ser utilizado para qualquer tipo de produto ou serviço, mesmo fora de Marrocos, impedindo assim a cobrança do IVA a nível nacional. Produzir impactos económicos e sociais locais, restringi-lo ao consumo interno sem permitir a conversão em dinheiro são opções.

### Quadro 3.14. Vale de oferta em Marrocos (2018)

<b>Disposições fiscais</b>	Isenção fiscal e de contribuições sociais
<b>Disposições fiscais</b>	Um limite máximo global de 2 500 MAD por ano e por pessoa

Fonte: Com base nas respostas dos países ao questionário da OCDE de 2019, nas informações fornecidas pela associação de vales sociais em Marrocos e pelo Ministério da Economia e das Finanças.

## Roménia

**Em 2018, a Roménia adotou um ato normativo único, a Lei 165/2018 relativa aos Vales.** A lei define os vales que podem ser oferecidos aos funcionários e unifica a legislação existente sobre vales de refeição, oferta, creche e férias. Esta lei introduz igualmente uma nova categoria de vales: vales de cultura.

- Vales de alimentação e refeição

**Os vales de refeição foram introduzidos na Roménia em 1998 e foram regulados pela Lei n.º 142/1998 até à adoção da Lei n.º 165/2018.** Foram desenvolvidos durante um período de contração económica (PIB decrescente durante três anos consecutivos) e uma taxa de desemprego elevada. Segundo o Ministério do Trabalho, durante o primeiro ano de aplicação do sistema de vales de refeição, mais de 130 000 trabalhadores receberam vales de refeição, representando 2,76% da população ativa. O mercado dos vales de refeição evoluiu rapidamente, atingindo 50% da população ativa em apenas 10 anos. Os vales de refeição são o benefício mais comum recebido pelos empregados. Só podem ser utilizados para aceder a refeições ou produtos alimentares em redes específicas: estabelecimentos públicos de restauração (cantina, restaurante), supermercados e outras unidades similares. A consultas com várias partes interessadas apuraram que o sistema foi criado por empregadores e representantes sindicais com base em acordos coletivos de trabalho.



### Quadro 3.15. Vales de alimentação e refeição na Roménia (2018)

<b>Legislação aplicável</b>	Lei n.º 165/2018 Decisão do Governo n.º 1045/2018
<b>Disposições fiscais</b>	Isento de contribuições sociais, mas sujeito a imposto sobre o rendimento de 10% para os empregados. Totalmente dedutível para os empregadores.
<b>Beneficiários</b>	2 milhões de funcionários 500 milhões de vales por ano 1,3 mil milhões de EUR de valor nominal dos vales por ano

Fonte: Com base nas respostas dos países ao questionário da OCDE de 2019, nas informações fornecidas pela associação de vales sociais na Roménia, pelo Ministério do Trabalho e pela Universidade de Bucareste.

### Outros vales

#### A lei geral de 2018 sobre vales sociais regula vales de alimentação e refeição, férias, lazer e oferta.

De acordo com esta lei, os empregadores podem oferecer mais do que um tipo de vale ao mesmo tempo a um determinado trabalhador, para ser utilizado apenas na Roménia e apenas para os fins para os quais foram emitidos. O Ministério das Finanças é a autoridade responsável pela emissão de cada categoria de vales sociais. Ele supervisiona a respetiva implementação e analisa a indexação periódica do seu valor. O ministério é igualmente responsável pela autorização dos emitentes, que podem ser quaisquer entidades jurídicas estabelecidas ao abrigo da legislação romena ou instituições de crédito estabelecidas na Roménia ou num Estado-Membro da UE.

### Quadro 3.16. Vales de oferta na Roménia (2018)

<b>Legislação aplicável</b>	Lei n.º 165/2018 Decisão do Governo n.º 1045/2018
<b>Disposições fiscais</b>	Dentro do limite de 150 RON por evento social por trabalhador: Isenção do imposto sobre o rendimento e das contribuições sociais. Dedutibilidade limitada para empregadores a 5% das despesas de pessoal. Dentro do limite de 600 RON, se forem atribuídos como prémios a parceiros comerciais: isenção de impostos
<b>Beneficiários</b>	Funcionários e parceiros comerciais 60 milhões de vales 2 milhões de EUR

Fonte: Com base nas respostas dos países ao questionário da OCDE de 2019, nas informações fornecidas pela associação de vales sociais na Roménia e pelo Ministério do Trabalho.

**Outro vale cada vez mais popular na Roménia é o vale de férias.** Os vales de férias podem ser utilizados para a aquisição de serviços a operadores turísticos autorizados que tenham alojamento turístico classificado e/ou agências de viagens autorizadas. Em 2018, o valor nominal total dos vales de férias emitidos atingiu 250 milhões de EUR. Desde 2017, os vales de férias tornaram-se obrigatórios para os trabalhadores do setor público com base em sucessivos decretos de emergência. O resultado foi o turismo local ter beneficiado de um impulso significativo, foram criados ou formalizados novos empregos e os serviços de hotelaria foram estimulados. Com base em estudos de impacto, registou-se um crescimento significativo do lucro líquido dos hotéis e restaurantes entre 2013 e 2018, respetivamente: de 78 para 205 milhões de EUR para hotéis e de 39 para 330 milhões de EUR para restaurantes. Além disso, a qualidade do serviço aumentou significativamente em 2018, com mais hotéis de 4 e 5 estrelas e ofertas inclusivas (Constanța, 2019<sup>[34]</sup>). O valor mais recente estabelecido para os vales de férias para os trabalhadores do setor público é de 305 EUR por ano e por beneficiário, aplicável no período 2019-2020, com a possibilidade de utilização prolongada até ao final de 2021.

### Quadro 3.17. Vales de férias na Roménia (2018)

<b>Legislação aplicável</b>	G.E.O. n.º 8/2009 G.O. n.º 215/2009
<b>Disposições fiscais</b>	Isentos de contribuições sociais, mas sujeitos a imposto sobre o rendimento de 10% para os empregados. Totalmente dedutível para os empregadores.
<b>Beneficiários</b>	Trabalhadores dos setores público e privado Mínimo: 305 EUR por ano e por beneficiário (435 EUR, se não se tratar de uma época festiva) Setor público: 1 450 RON por trabalhador e por ano Setor privado: até seis salários mínimos no setor privado Valor total de 250 milhões de EUR por ano

Fonte: Com base nas respostas dos países ao questionário da OCDE de 2019, nas informações fornecidas pela associação de vales sociais na Roménia e pelo Ministério do Turismo.

**Desde janeiro de 2019, os empregadores na Roménia podem incluir vales de cultura no pacote de benefícios dos empregados.** Os vales de cultura são um instrumento para motivar os funcionários, desenvolvendo e estimulando o interesse em produtos culturais e criativos. Estes vales são bilhetes com valor dados aos empregados, mensalmente ou ocasionalmente, para a compra de bens e serviços culturais. A nível do empregador, as despesas com vales de cultura são dedutíveis do imposto sobre o rendimento das sociedades.

### Quadro 3.18. Vales de cultura na Roménia (2018)

<b>Disposições fiscais</b>	Isentos de contribuições sociais, mas sujeitos a um imposto sobre o rendimento de 10% para os trabalhadores
<b>Beneficiários</b>	Empregados do setor privado

Fonte: Com base nas respostas dos países ao questionário da OCDE de 2019 e ao Ministério da Cultura.

# Referências

- AEEC, A. (2015), *Titre-Restaurant : Un Outil Triplement Gagnant*, [5]  
[https://www.edenred.com/sites/default/files/images/bloc-mise-en-avant/tr\\_-\\_brochure\\_apetds-aeec\\_-\\_2015.pdf](https://www.edenred.com/sites/default/files/images/bloc-mise-en-avant/tr_-_brochure_apetds-aeec_-_2015.pdf).
- AH-PHS (2020), *Country report-France*, [https://ad-phs.eu/ht8ag2/uploads/2021/05/cr\\_france\\_.pdf](https://ad-phs.eu/ht8ag2/uploads/2021/05/cr_france_.pdf). [32]
- Bailey, S. (2004), *Strategic Public Finance*, Macmillan International Higher Education. [3]
- CNTR (2014), *La restauration collective : histoire d'un acquis social*, [4]  
[https://www.cntr.fr/V2/role\\_commission/historiq.php](https://www.cntr.fr/V2/role_commission/historiq.php).
- CO2, L. (2019), *Evaluation de l'impact climatique associé à l'utilisation d'éco-chèques en Belgique*, Voucher Issuers Association, VIA, <http://www.viabelgium.be/pdf/CO2Logic%20EXECUTIVE%20SUMMARY-%20FR.pdf>. [24]
- Constanța (2019), "Holiday Vouchers - Essential Support for Romanian Tourism", *Constantin Brâncuși* University of Iași, *Economy Series, Issue 6/2019.*, [https://www.utgjiu.ro/revista/ec/pdf/2019-06/08\\_EneaC.pdf](https://www.utgjiu.ro/revista/ec/pdf/2019-06/08_EneaC.pdf). [34]
- EC (2019), "Voucher Schemes in Member States", [20]  
[https://ec.europa.eu/information\\_society/newsroom/image/document/2019-32/member\\_states\\_use\\_of\\_voucher\\_schemes\\_0D31F683-AA92-B7FF-684433BCBD8A4F3A\\_61225.pdf](https://ec.europa.eu/information_society/newsroom/image/document/2019-32/member_states_use_of_voucher_schemes_0D31F683-AA92-B7FF-684433BCBD8A4F3A_61225.pdf).
- Edenred (2019), *Ticket EcoCheque: A reference program to promote responsible consumption*, [26]  
[https://www.edenred.com/sites/default/files/pdf/cp\\_edenred\\_eco-cheque\\_2019-12-17\\_en.pdf](https://www.edenred.com/sites/default/files/pdf/cp_edenred_eco-cheque_2019-12-17_en.pdf).
- Edenred (2015), *Ticket Restaurant : L'avantage social préféré des français*, [6]  
[https://www.edenred.com/sites/default/files/images/bloc-mise-en-avant/20150707\\_4\\_pages\\_tr\\_2015\\_vdef.pdf](https://www.edenred.com/sites/default/files/images/bloc-mise-en-avant/20150707_4_pages_tr_2015_vdef.pdf).
- EFSS (2013), *Public interventions' earn-back effects and the economic rationale of supporting the formal supply of personal and household services*, [http://www.efss-europe.eu/fileadmin/MEDIA/publications/Public\\_interventions\\_earn-back\\_effects\\_and\\_the\\_economic\\_rationale\\_of\\_supporting\\_the\\_formal\\_supply\\_of\\_PHS\\_December\\_2013.pdf](http://www.efss-europe.eu/fileadmin/MEDIA/publications/Public_interventions_earn-back_effects_and_the_economic_rationale_of_supporting_the_formal_supply_of_PHS_December_2013.pdf). [29]
- EU (2021), "Vouchers for the competitiveness of SMEs", [21]  
[https://www.interregeurope.eu/fileadmin/user\\_upload/plp\\_uploads/policy\\_briefs/TO3\\_Policy\\_Brief\\_Vouchers\\_for\\_the\\_competitiveness\\_of\\_SMEs.pdf](https://www.interregeurope.eu/fileadmin/user_upload/plp_uploads/policy_briefs/TO3_Policy_Brief_Vouchers_for_the_competitiveness_of_SMEs.pdf).
- Farvaque, N. (2015), *Thematic review on personal and household services*, [27]  
<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:OPrDKF1IBtoJ:https://ec.europa.eu/social/BlobServlet%3FdocId%3D14435%26langId%3Den+&cd=1&hl=fr&ct=clnk&gl=fr>.
- Gosta Esping-Andersen, B. (2008), "Trois leçons sur l'Etat-providence", [1]  
<http://journals.openedition.org/lectures/549>.

- Janský, P. (2016), "The Distributional Effects of Meal Vouchers in the Czech Republic", *T. Prague Economic Papers*, Vol. 25, pp. 706-722, [18]  
[https://pdfs.semanticscholar.org/a038/0ef5719b4e91c94bc5ed053a18746ede0330.pdf?\\_ga=2.7454578.175741324.1616884371-1691791931.1616884371](https://pdfs.semanticscholar.org/a038/0ef5719b4e91c94bc5ed053a18746ede0330.pdf?_ga=2.7454578.175741324.1616884371-1691791931.1616884371).
- Lacheret, A. (2020), "The Spread of Vouchers among French Local Government: When Private Companies Reshape the Meaning of a Tool", *International Review of Public Policy* 2:2 | 2020, <http://URL:http://journals.openedition.org/irpp/1088>. [2]
- Leduc, E. and I. Tojerow (2020), "Subsidizing Domestic Services as a Tool to Fight Unemployment: Effectiveness and Hidden Costs", *IZA Discussion paper* 13544, p. 28, <http://ftp.iza.org/dp13544.pdf>. [28]
- Lens, D. (2021), *Can we steer clear of precariousness in domestic service work?, Exploring labour market pathways of Belgian Service Voucher workers*, Working Paper. [12]
- Local.fr, T. (2020), *France Pledges 20 Mn Euro to Expand Bike Repair Bonus*, [7]  
<https://www.thelocal.fr/20200914/france-pledges-20-mn-euro-to-expand-bike-repair-bonus/>.
- Mazzon, J. (2016), *40 anos do Programa de Alimentação do Trabalhador: Conquistas e desafios da política nutricional com foco em desenvolvimento econômico social. 1st edition.*, [17]  
[https://coopercard.com.br/Portal/Static/Arquivo/Evento/05052017\\_09\\_PAT\\_miolo\\_capa\\_sem-marcas\\_menor.pdf](https://coopercard.com.br/Portal/Static/Arquivo/Evento/05052017_09_PAT_miolo_capa_sem-marcas_menor.pdf).
- Mumssen (2010), *Output-Based Aid, Lessons Learned and Best Practices*, World Bank, [15]  
<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/2423/536440PUB0outp101Official0Use0Only1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- OECD (2021), *Bringing Household Services Out of the Shadows: Formalising Non-Care Work in and Around the House*, OECD, Publishing -Paris, <https://doi.org/10.1787/fbea8f6e-en>. [11]
- OECD (2021), *OECD SME and Entrepreneurship Outlook 2021*, OECD Publishing, Paris, [9]  
<https://dx.doi.org/10.1787/97a5bbfe-en>.
- OECD (2019), *Economic Survey of Mexico*, <http://www.oecd.org/economy/surveys/mexico-economic-snapshot/>. [33]
- OECD (2013), *Implementing a Pilot SME Voucher Scheme in Montenegro*, <https://www.oecd.org/south-east-europe/programme/Montenegro%20English%20Version.pdf>. [10]
- Pipame, P. (2017), *Prospective : Économie sociale et solidaire : l'aide aux personnes âgées*, <http://ww2.ac-poitiers.fr/sbssa/sites/sbssa/IMG/pdf/pipame-ess-aide-personnes-agees.pdf>. [16]
- Restakis, J. (2014), *Public policy for a social economy*, Bauwens, M., G. Dafermos and J. Restakis (eds), [19]  
<https://flokssociety.org/docs/Ingles/3/3.2.pdf>.
- Scarlato (2010), *New Welfare Policy Instruments: International Experiences and Implications for Social Enterprises*, Euricse Working Papers, N.013 | 10. [8]
- The Federal Public Service Employment, L. (n.d.), <https://werk.belgie.be/nl/themas/verloning/maaltijdcheques>. [22]

- Torres KG, B. (2020), *Long- term effect of the Brazilian Workers' Food Program on the nutritional status of manufacturing workers: A population-based prospective cohort study*, <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0231216>. [30]
- Torres KG, B. (2020), *Long-Term Effect of the Brazilian Workers'Program on the Nutritional Status of Manufacturing Workers- A population-based prospective cohort study*, <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0231216>. [31]
- Urpelainen, J. (2018), "Vouchers Can Create a Thriving Market for Distributed Power Generation in Developing Countries", [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3210494](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3210494). [13]
- Van Gyes, G. (2009), "Social partners give the green light to 'ecocheques'", *European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions*, <https://www.eurofound.europa.eu/publications/article/2009/social-partners-give-the-green- light-to-ecocheques>. [23]
- Voucher Issuers Association, V. (2019), <http://www.viabelgium.be/les-principaux-produits/eco-cheque/index.html>. [25]
- Wanjek, C. (2005), *Food at work: Workplace solutions for malnutrition, obesity and chronic diseases*, [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_publ\\_9221170152\\_en.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_publ_9221170152_en.pdf). [14]